

2
0
2
2



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Secretaria da Fazenda do Município de Salvador

Secretaria da
Fazenda



FICHA TÉCNICA

Bruno Reis

Prefeito de Salvador

Giovanna Victor

Secretária Municipal da Fazenda

Walter Cairo

Subsecretário Municipal da Fazenda

Ulysses Arêas

Diretor de Receita Municipal

Ricardo Góis

Diretor do Tesouro Municipal

COORDENAÇÃO

Jéssica Barreto

Coordenadora de Projetos

ELABORAÇÃO

Carolina Sawada

Chefe da Assessoria Econômica

Umberto Costa

Assessor Econômico

Andréia Silva

Analista de Processos

Mônica Divino

Analista de Processos

COMUNICAÇÃO

Iago Maia

Coordenador de Comunicação

Carilene Costa

Designer

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
MAPA ESTRATÉGICO	05
A SECRETARIA DA FAZENDA	
▶ O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEFAZ + POR SALVADOR 2021-2022	06
▶ PROJETOS ESTRATÉGICOS 2022	11
▶ SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEFAZ + POR SALVADOR 2021-2022	21
▶ SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR 2021-2024	24
▶ LINHA DO TEMPO	28
COMPROMISSO COM RESULTADOS	
▶ RECONHECIMENTOS EM 2022	29
▶ FAZENDA EM NÚMEROS	30
▶ COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS	32
DESTAQUES NA IMPRENSA	
▶ ARTIGOS EM JORNAIS	33
EVENTOS	
▶ EVENTOS ORGANIZADOS PELA SEFAZ	36
▶ EVENTOS EXTERNOS	40
DESTAQUES 2022	45
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	51



APRESENTAÇÃO

Salvador possui diversas características históricas, geográficas e culturais que a tornam única no cenário brasileiro, e que também criam desafios para a gestão de seu desenvolvimento e de seus ativos. Nesse sentido, o ano de 2021 foi especialmente desafiador para a nova gestão que assumia a Secretaria da Fazenda do município de Salvador, principalmente por causa dos reflexos da pandemia da Covid-19.

A Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), órgão governamental vinculado à Prefeitura de Salvador, tem por finalidade e competência realizar o planejamento, assessoramento, coordenação, fiscalização, controle, execução e orientação de políticas tributárias, fiscais, financeiras e contábeis na capital baiana, ser uma instituição de excelência em finanças públicas e, conseqüentemente, garantir a aplicação assertiva dos recursos em políticas públicas que elevam a qualidade de vida da população soteropolitana.

Atualmente, a pasta conta com aproximadamente 900 colaboradores, entre servidores, cargos comissionados e terceirizados, divididos em duas diretorias, treze coordenadorias, cinco assessorias técnicas e dois núcleos, além do Escritório de Gerenciamento de Projetos – responsável pelo Planejamento Estratégico SEFAZ + por Salvador.

À frente da pasta desde janeiro de 2021, a atual gestão, liderada pela secretária Giovanna Victor, tem apostado em projetos que possibilitam a modernização de sistemas, a capacitação da equipe, a fim de garantir melhor atendimento e mais transparência e isonomia; o planejamento de novos caminhos para os próximos anos e o estabelecimento de alicerces para o desenvolvimento do município, tendo como elementos norteadores o foco no cidadão, a transformação digital, as melhorias nos resultados e a eficiência.

Para atingir os objetivos definidos, a secretaria aplicou a pesquisa de satisfação no decorrer de 2022 e, a partir das experiências relatadas nos formulários físicos e digitais, elaborou estratégias para melhorar o nível de satisfação junto ao contribuinte, como a realização de treinamentos e cursos de qualificação para o pessoal de atendimento, a ampliação dos serviços digitais, saltando de 37 para 123; o desenvolvimento do Formulário de Atendimento Virtual da SEFAZ (FAS) e da Carta de Serviços, que detalha todas as informações a respeito dos serviços prestados pela pasta, e a instalação do

balcão de autoatendimento no Posto Central, localizado na rua das Vassouras, nº 1, Centro Histórico. Ademais, também foram tomadas medidas que facilitaram a abertura de empresas e fomentaram o ambiente de negócios na cidade, ampliando a renda das famílias soteropolitanas e colocando Salvador na liderança da geração de empregos nas regiões Norte e Nordeste no acumulado de 12 meses, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência. Dentre as ações mais relevantes estão: a revisão dos critérios de classificação de risco de diversas atividades econômicas, que ampliou de 149 para 405 o número de tipos de negócios considerados de “baixo risco A”; o lançamento do novo edital do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI); a atualização dos critérios de avaliação das sociedades profissionais; e a prorrogação do prazo de pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento e do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) de profissionais autônomos para o segundo semestre.

O ambiente interno também passou por transformações relevantes no último ano. Além da criação do Núcleo de Diversidade da SEFAZ e da assinatura do contrato com a empresa de consultoria que ajudará na implantação do programa de *compliance* e integridade na secretaria - projetos que buscam promover o respeito às diferenças, os valores morais e éticos, a integridade e a conformidade -, a alta direção também tem buscado modernizar setores e processos, para potencializar a tomada de decisões e tornar mais efetivas as ações voltadas à arrecadação e à fiscalização, investindo, por exemplo, na criação do Núcleo de GeoDados e no desenvolvimento do novo Sistema de Administração Tributária (SAT), além do lançamento do edital Desafio Startup, ação pioneira entre as capitais, que tem como objetivo realizar o saneamento de aproximadamente 120 mil inscrições imobiliárias que se encontram com inconsistências.

Todo trabalho realizado em prol dos munícipes nos últimos meses está sendo reconhecido pela população soteropolitana e pelos órgãos públicos e periódicos, comprovando o compromisso da Secretaria Municipal da Fazenda com o desenvolvimento econômico, sustentável, cultural e social da cidade.

Não à toa Salvador ficou na primeira posição na classificação geral e entre os municípios de grande porte nos Indicadores Fiscais – Capacidade de Arrecadação do anuário da revista IstoÉ “As Melhores Cidades do Brasil 2022” e foi destaque no Ranking da Qualidade de Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional pelo segundo ano consecutivo, alcançando o primeiro lugar entre as capitais da região Nordeste e a 23ª colocação entre todos os municípios do país em 2021.

Em 2023, os servidores da SEFAZ seguirão trabalhando para entregar resultados ainda mais expressivos e manter a cidade como referência na gestão dos recursos públicos tanto na região Nordeste, quanto no cenário nacional.

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico da Sefaz é uma forma de materialização visual da estratégia adotada pela organização, nele está estipulado a missão, visão de futuro e objetivos estratégicos da instituição.

MISSÃO

Gerar receitas e controlar a sua aplicação.

VISÃO DE FUTURO

Ser instituição de excelência em finanças públicas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Incrementar receitas tributárias e não tributárias;
- ▶ Buscar maior qualidade no gasto público;
- ▶ Prestar serviço de qualidade ao munícipe;
- ▶ Promover o equilíbrio fiscal;
- ▶ Ampliar a transparência das ações da Secretaria da Fazenda e das contas do município;
- ▶ Promover o desenvolvimento organizacional, tecnológico e de recursos humanos.

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEFAZ + POR SALVADOR 2021-2022

O Planejamento Estratégico Sefaz + Por Salvador 2021-2022 é um plano que contém as **realizações prioritárias para a administração fazendária**.

Os princípios fundamentais sob os quais o Sefaz + Por Salvador foi elaborado foram: foco no cidadão, transformação digital, foco por resultados e eficiência. Sempre visando estabelecer alicerces para o desenvolvimento do município.

Construído de forma colaborativa, o plano é composto por **5 objetivos** estratégicos para os próximos anos.

Os objetivos estratégicos são sustentados por **16 metas e resultados chave** para a administração.

Para tornar o plano possível **30 projetos** foram elaborados para alcançar essa visão de desenvolvimento para o município.



Área de Resultado: **Foco no cidadão**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Promover uma Relação de Transparência e de Cooperação com os Contribuintes e a Modernização da Legislação Tributária

META E RESULTADO-CHAVE

► Até 2024, melhorar o índice de Satisfação dos Contribuintes em 90%.

PROJETO

► Atendimento Presencial e Virtual

Área de Resultado: **Transformação Digital**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Ser um órgão ágil e inovador

META E RESULTADO-CHAVE

- ▶ Ampliar a Governança da SEFAZ a partir de uma Visão e um Método Focado em Resultados;
- ▶ Até 2024, tornar a SEFAZ 100% Digital com Foco nos Serviços e Processos de Negócio;
- ▶ Ampliar em 70% (com base em 2019) o Total de Ações (ou horas) de Capacitação dos Servidores e Liderança da SEFAZ até 2024;
- ▶ Criar e Implementar a IDE-SEFAZ até 2023 Baseada em Padrões Cartográficos Atualizados, Qualificados e Abertos.

PROJETOS

- ▶ GeoDados SEFAZ
- ▶ SEFAZ na Rede
- ▶ SEFAZ Verde (Sefaz sem papel)
- ▶ SEFAZ Digital
- ▶ Gestão por Competências
- ▶ Novo Modelo de Gestão de TIC
- ▶ Novo Modelo de Governança Corporativa
- ▶ Novo Prédio da SEFAZ
- ▶ Compliance e Integridade SEFAZ

Área de Resultado: **Melhoria nos resultados e eficiência**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Garantir um Crescimento Real da Receita

Implantar um controle de caixa efetivo e com foco na responsabilidade fiscal

Criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social de Salvador
responsabilidade fiscal

META E RESULTADO-CHAVE

- ▶ Aumentar a arrecadação com receita própria do ISS em 160 milhões para o período 2021-2022;
- ▶ Aumentar a arrecadação com Receita Própria do IPTU em 120 milhões para o período 2021-2022;
- ▶ Recuperar receita do ISS de Instituições financeiras em 15 milhões no período 2021-2022;
- ▶ Incrementar em 100 milhões a recuperação de créditos em cobrança administrativa no período 2021-2022;
- ▶ Implementar o Novo Sistema de Administração Tributária;
- ▶ Implantar Fluxo de Caixa Projetado até 12/2022;
- ▶ Implantar Rotina de Mensuração da Capacidade de Pagamento do Município até 12/2021, preparando o Município para crises e cenários desfavoráveis;
- ▶ Traduzir os Dados Fiscais numa linguagem mais acessível ao cidadão, até 12/2023, para aumentar o Grau de Transparência.

PROJETOS

- › Melhoria do Cadastro de Imóveis
- › Saneamento do Cadastro Mobiliário
- › Novo SAT
- › Revisão do Cálculo do IPTU/ TRSD
- › IPTU Social
- › Nova DMS-IF
- › Conformidade Fiscal do ISS
- › Controle Fiscal de Empreendimentos Imobiliários
- › Cobrança Fiscal
- › Novo Modelo de Gestão de Cobrança
- › Sistema de Gestão e Monitoramento do Simples Nacional
- › IPTU com Isonomia Fiscal
- › Inovar o Planejamento Fiscal

- › Tesouro Analítico
- › O Mapa do Tesouro (Fluxo de Caixa)
- › SEFAZ + Simples – Finanças Públicas no Seu Dia a Dia

- › Plataforma de Suporte Fiscal ao Des. Econômico e Social de Salvador
- › Reestruturação da CAP
- › Recadastramento de Imóveis Públicos
- › Balcão Único – Melhoria da Posição de Salvador no Ranking de Abertura de Empresas

PROJETOS ESTRATÉGICOS 2022

1. MELHORIA DO CADASTRO DE IMÓVEIS – 100%

Tornou o Cadastro Imobiliário de Salvador mais moderno, aumentando a velocidade e qualidade dos procedimentos de sua atualização e confiabilidade das informações, melhorando a eficiência na arrecadação e a diminuição de despesas. A coordenadoria realizou a implantação de novos sistemas e execução de atividades para atender ao objetivo do projeto.

- › NOVO ALFRESCO implantado
- › Sistema DLUI-WEB implantado - Incorporação e Habite-se
- › Estoque de Processos de Impugnação Eletrônica até 2020 zerado
- › Startup para saneamento do cadastro imobiliário contratada

2. SANEAMENTO DO CADASTRO MOBILIÁRIO – 100%

Tornou o Cadastro Mobiliário de Salvador mais moderno, melhorando a confiabilidade das informações, ampliando a arrecadação das empresas ativas e baixando os registros de empresas suspeitas de inatividade.

- › Regularização cadastral das inscrições aptas via Nota Salvador
- › Redução em 75% de processos de impugnação de TFF em 2022
- › Decreto e Instrução Normativa do art. 234 publicados

3. NOVO SAT – 35%

Através da implantação do novo sistema de administração tributária, o projeto visa aumentar a produtividade da Sefaz a partir da alteração/simplificação de fluxos de processos de trabalho, além do acompanhamento e controle das atividades dos diversos setores mediante o uso do digital, propiciando transparência das atividades e demandas de cada setor, e geração tempestiva de dados.

- › Contratação da empresa
- › Módulo de Cadastro Geral de Pessoas – Protótipo e sistema aprovado
- › Protótipo do módulo de Cadastro de Atividades aprovado

6. DMS-IF – 100%

Instrumentalização da fiscalização de instituições financeiras, facilitando a declaração do imposto devido e otimizando a arrecadação do ISS.

- › Novo Portal DMS – IF implantado
- › 10 maiores instituições financeiras habilitadas
- › Módulo de auditoria no sistema implantado
- › DAM Único implantado

7. CONFORMIDADE FISCAL DO ISS – 70%

Busca da conformidade do cidadão, à luz das boas práticas da OCDE, por meio do Programa Nota Salvador.

- › Painel para monitoramento dos 100 maiores contribuintes e 100 maiores devedores implantado
- › Nota Fiscal Avulsa implantada
- › Regras de cancelamento e substituição das NFS-e e NFTS-e implantadas
- › Devedor Contumaz – Decreto publicado

8. CONTROLE FISCAL DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS – 100%

Aperfeiçoamento do Controle Fiscal Imobiliário, reduzindo a evasão tributária e incrementando a arrecadação com justiça fiscal.

- › Painel de Mapeamento das obras
- › SAI – Sistema de Integração de Alvará
- › Mapeamento de 172 novos empreendimentos, com 28.415 unidades de imóveis
- › Levantamento de Expectativa de Receita

9. COBRANÇA EFICAZ – 100%

Objetivo de aumentar a efetividade da cobrança administrativa, por meio de aplicação de sanções aos devedores, de modo a incrementar a recuperação de créditos.

- › Novas regras para parcelamento e reparcelamento de dívidas aprovadas
- › Tela para inscrição de créditos tributários em Dívida Ativa implantada
- › Negativação de Devedores junto ao cadastro nacional – SPC
- › Certidão da Fazenda Pública Municipal – CFPM

10. NOVO MODELO DE GESTÃO DE COBRANÇA – 100%

Instituição de um novo modelo de gestão de cobrança administrativa, revisando processos e métodos de trabalho e utilizando sistemas informatizados de gestão de cobrança.

- › BI Cobrança – Módulo de Débitos do Mobiliário, Imobiliário, Documentos Fiscais, Parcelamento e Apuração de resultados implantado
- › Regras de cobrança IPTU/TRS, TFF, AI/NFL, Parcelamento, ISS – RDT estabelecidas
- › Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC) - Módulo Credenciamento disponibilizado para implantação

11. SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DO SIMPLES NACIONAL – 100%

Incentivo à autorregularização de empresas optantes pelo Simples Nacional via comunicação eletrônica e relacionamento próximo com o cidadão.

- › Sistema GSN implantado e operacional
- › Disponibilização do sistema para usuários internos (Sefaz) e externos (Contribuintes)
- › 51,2% de autorregularização total e parcial
- › R\$ 12 milhões de ISS declarado em 2022 por meio da autorregularização

12. IPTU COM ISONOMIA FISCAL – 100%

Promoção da isonomia fiscal entre os soteropolitanos.

- › 45 simulações de cenários para embasamento da tomada de decisão realizadas
- › Apresentação do estudo técnico detalhado do IPTU de Salvador
- › Apresentação de Minuta de projeto de Lei – PL

13. INOVAR O PLANEJAMENTO FISCAL – 100%

Implantação de um modelo de comunicação entre o fisco e o cidadão, com foco na autorregularização e Justiça Fiscal.

- › Carta de Notificação Eletrônica em produção
- › Indicadores de Produtividade da Fiscalização
- › Plano de Ações de Fiscalização 2023 desenvolvido

14. ATENDIMENTO PRESENCIAL E VIRTUAL ESTRUTURADO

Modernização e Inovação no atendimento da Sefaz, buscando aumentar a satisfação do cidadão e melhoria do clima organizacional da secretaria.

- › Formulário de Atendimento Virtual da Sefaz (FAS) implantado
- › Wi-Fi aberto instalado
- › Totens de autoatendimento instalados
- › Máquinas de avaliação do atendimento instaladas
- › Painel de Gestão Gerencial desenvolvido
- › Mapa da força de trabalho do posto Sede desenvolvido
- › Ampliação em 32% de senhas para atendimento

15. TESOUREO ANALÍTICO – 100%

Realização de projeções de Capacidade de Pagamento (CAPAG) do município de forma ágil e segura.

- › Funcionalidade de Projeção de Indicadores Econômicos e Moeda implantada
- › Ferramenta de Captura de Dados para Projeção da Despesa no BI desenvolvida

- › Ferramenta de Projeção da Dívida implantada
- › Ferramenta de Projeção da Despesa implantada
- › Ferramenta de Projeção da Receita implantada

16. MAPA DO TESOURO (FLUXO DE CAIXA) – 100%

Gestão mais eficiente dos recursos públicos através da utilização da ferramenta de sistematização e visualização de informações gerenciais estruturadas.

- › Ferramenta de Captura de Dados para Projeção da Despesa no BI
- › Ferramenta de Projeção da Dívida implantada
- › Ferramenta de Projeção da Despesa implantada
- › Ferramenta de Projeção da Receita implantada

17. SEFAZ + SIMPLES – FINANÇAS PÚBLICAS NO SEU DIA A DIA – 100%

Disponibilização de informações financeiras, contábeis e fiscais do município de forma clara e acessível

- › Estratégia de comunicação aprovada
- › Evento online Café com Finanças Públicas de Salvador gravado
- › 22 publicações no Instagram, com mais de 884 interações
- › Publicações com 9,54% de engajamento

18. PLATAFORMA DE SUPORTE FISCAL AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE SALVADOR – 100%

Aprimoramento de mecanismos de apoio e acompanhamento das medidas de incentivo fiscal inseridas em programas de estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Município.

- › Boletim Econômico Fiscal Bimestral publicado
- › Plataforma de Incentivos Tributários disponibilizada no site
- › 31 incentivos mapeados no Portal de Incentivos Tributários

19. REESTRUTURAÇÃO DA CAP – 100%

Promoção de uma Administração Patrimonial eficiente e produtiva.

- › Consultoria ISO 9001 contratada
- › Núcleo Social para Apoio às Desapropriações instituído
- › ISO 9001 – Política da Qualidade aprovada e divulgada
- › ISO 9001 – Processos mapeados e redesenhados
- › ISO 9001 – Manual de mitigação de riscos operacionais desenhado
- › ISO 9001 – Auditoria interna
- › ISO 9001 – Ações corretivas
- › Portaria para instituir o Sistema de Gestão da Qualidade da CAP Publicada

20. RECADASTRAMENTO DE IMÓVEIS PÚBLICOS – 50%

Estruturação e modernização do cadastro do Patrimônio Público Municipal, otimizando a gestão e destinação desses imóveis.

- Empresa para levantamento topográfico e recadastramento de imóveis contratada
- 362 cadastros com pesquisas documentais realizados
- 170 cadastros com levantamento topográfico realizados
- 61 loteamentos com pesquisas documentais localizadas

21. BALCÃO ÚNICO – 100%

Simplificação do processo de abertura de empresas e estímulo ao ambiente de negócios de Salvador.

- Cartilha informativa sobre a Sefaz na REDESIM publicada
- Redução do tempo de abertura de empresa de 7 dias e 15h (Abr/2021) para 10h (Nov/2022)
- Salvador subiu da 21ª para a 11ª colocação no ranking nacional de abertura de empresas
- Decreto de revisão dos CNAEs de baixo risco publicado

22. GEODADOS SEFAZ – 75%

Qualificação, abertura e aplicação dos geodados ao negócio da Sefaz, através da implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE-Sefaz), atualização do mapeamento cartográfico e realização de estudos utilizando a cartografia de referência.

- Capacitação IBGE infraestrutura de Dados Espaciais realizada
- Produtos geoespaciais disponibilizados no Portal da Cartografia
- Adesão à INDE
- Engenheiros contratados
- Núcleo de Geodados institucionalizado

23. SEFAZ NA REDE – 100%

Maior presença nas redes sociais e veículos de comunicação de forma a aproximar o cidadão das ações da Sefaz.

- Contas institucionais no Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn criadas.
- Reestruturação da aba de notícias do site
- Reformulação da comunicação na intranet
- Mapeamento de melhores práticas (Benchmarking)
- Produção de vídeos informativos sobre as áreas de coordenadorias Sefaz

24. SEFAZ VERDE (SEFAZ SEM PAPEL) – 50%

Gestão eficiente do Acervo Documental por meio da avaliação de documentos existentes e aprimoramento das técnicas de gestão documental.

- Rede e troca de boas práticas com 3 órgãos

- › Formulários para mapeamento de documentos por Setor
- › IN de Gestão de documento publicada
- › Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) publicada
- › Workshop Gestão de Documentos realizado

25. SEFAZ DIGITAL – 85%

Disponibilização dos serviços públicos da Sefaz em meio digital, otimizando e simplificando fluxos de trabalho, e aumentando a transparência nos serviços e redução do tempo de resposta.

- › Carta de Serviços publicada no site, com 54.000 acessos desde fevereiro/2022
- › 6 painéis gerenciais de processos implantados
- › Integrações entre o SAT, LECOM, Esalvador e Esefaz
- › 123 serviços digitais (70% da Carta de Serviços)
- › Aumento de 25% na conclusão de processos, em relação a 2019
- › Redução de 24% no tempo de processo de abertura até a conclusão

26. GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – 80%

Desenvolvimento da capacitação da força de trabalho da Sefaz, em nível pessoal, gerencial e técnico por meio de trilhas de capacitação.

- › Curso de Liderança e Gestão Pública realizado
- › Formulário de Solicitação de Capacitação implantado
- › IN da Política de Treinamento publicada
- › Convênio com a ENAP firmado
- › Aba “Parceiros da Sefaz” publicada
- › Página do CDC na intranet publicada
- › 1058h de capacitação realizada

27. NOVO MODELO DE GESTÃO DE TIC – 45%

Novo modelo de gestão de recursos e geração de valor com TIC.

- › Transmissão estruturada de eventos virtuais
- › Otimização de Entregas: reestruturação do GDE e capacitação
- › 22 soluções de TI entregues, com foco no planejamento estratégico
- › Office 365 contratado
- › Capacitação dos servidores no Office 365 realizada
- › BI de IPTU da Coordenadoria de Arrecadação entregue
- › 669 computadores e 104 notebooks adquiridos

28. NOVO MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – 100%

Modernização e qualificação dos processos corporativos e de gestão.

- › Pesquisa de Clima Organizacional – 2021 realizada
- › Comitê Gestor de Clima Organizacional instituído
- › Infográfico da Jornada do Colaborador
- › Pílulas de conhecimento LGPD
- › Lançamento da pesquisa de Satisfação interna 360º CAD
- › Implementação de Contratos Tabulados
- › Sistema RH Web

29. NOVO PRÉDIO SEFAZ – 100%

Reforma e adequação do novo prédio da Sefaz.

- › Novo prédio anexo da Sefaz estruturado
- › Mudança de 3 áreas para o novo edifício
- › Novo modelo de gestão patrimonial implantado
- › Contratação de empresas de manutenção: ar condicionado/ Elevador/ Central de Incêndio
- › Curso de brigadistas de incêndio
- › Renovação das persianas do Prédio Central
- › Lançamento da pesquisa de satisfação interna 360º da CAD

30. COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA SEFAZ – 50%

Criação e implementação de um programa de compliance e integridade da Sefaz.

- › Adesão ao PROCOR realizada
- › Código de ética revisado internamente
- › Rede de troca de boas práticas com outros órgãos criada
- › Minuta TR elaborada
- › Licitação realizada
- › Contratação do Programa de Compliance e integridade da Sefaz

1ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022

Ocorrido no dia 10 de maio no auditório do prédio central da Secretaria Municipal da Fazenda



No dia 10 de maio de 2022, aconteceu a 1ª Reunião de Monitoramento do Planejamento Estratégico Sefaz + Por Salvador em 2022, evento realizado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP). Com aproximadamente 4 horas de duração, o encontro buscou apresentar o andamento dos 30 projetos estratégicos que compõem o programa.

Construído de forma colaborativa, o Sefaz + Por Salvador visa estabelecer alicerces para o desenvolvimento do município a partir de cinco objetivos estratégicos: garantir um crescimento real da receita, promover uma relação de transparência e de cooperação com os contribuintes e a modernização da Legislação Tributária, implantar um controle de caixa efetivo e com foco na responsabilidade fiscal, criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social de Salvador e ser um órgão ágil e inovador.



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

2ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022

Ocorrido no dia 30 de agosto no auditório do prédio central da Secretaria Municipal da Fazenda



A Secretaria Municipal da Fazenda realizou na manhã desta terça-feira (30) a 2ª Reunião de Monitoramento do Planejamento Estratégico Sefaz + por Salvador de 2022. O evento teve como objetivo apresentar o andamento e indicar os próximos desafios dos 30 projetos que fazem parte da carteira gerenciada pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP).

Durante quatro horas, convidados, patrocinadores e coordenadores puderam conhecer as entregas realizadas entre maio e agosto de 2022, tendo como meta estabelecer alicerces para o desenvolvimento do município.



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

BALANÇO 2022

Ocorrido no dia 14 de dezembro no auditório do prédio central da Secretaria Municipal da Fazenda



A Secretaria Municipal da Fazenda apresentou, nos dias 14 e 19 de dezembro, o Balanço Anual do Planejamento Estratégico Sefaz + por Salvador de 2022. O objetivo do encontro foi apresentar os resultados obtidos no último ano das 30 propostas que fazem parte da carteira do Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP). Pelo menos 85% da meta já foi concluída.

Iniciado em 14 de dezembro, o encontro contou com a presença do consultor Raphael Soré, da KPMG, empresa que ganhou a licitação para dar suporte durante a implantação do Programa de Compliance e Integridade na secretaria. O advogado trouxe explicações e uma breve introdução sobre a proposta de trabalho que será realizado dentro da Sefaz em 2023.

No dia 19, os líderes dos projetos puderam apresentar os resultados a alta direção da pasta. Dos 30 desenvolvidos ao longo do ano, pelo menos 21 deles já estão 100% concluídos. Além disso, o momento serviu para destacar o balanço das principais entregas, sendo mais de 200 ações que trouxeram resultados significativos para a gestão no desenvolvimento do município.



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEFAZ + POR SALVADOR 2021-2022

PROJETOS ESTRATÉGICOS DOS 100 DIAS: **96% REALIZADO**

Nova DMS-IF – 100%

- ✓ Implantação e utilização da ferramenta contratada
- ✓ Disponibilização do novo Portal DMS-IF
- ✓ Recepção das primeiras declarações dos contribuintes

Novo Modelo de Gestão de Cobrança – 70%

- Implantação do BI de Cobrança
- TR elaborado e processo aberto para aquisição do Sistema de Gestão de Cobrança

Sistema de Gestão e Monitoramento do Simples Nacional

- ✓ Configuração do Sistema de Gestão do Simples Nacional
- ✓ Habilitação dos usuários internos

SEFAZ + Simples – Finanças Públicas no Seu Dia a Dia – 100%

- ✓ Proposta de Implantação do Conselho de Política Fiscal

SEFAZ na Rede – 100%

- ✓ Reformulação do site/ criação do Instagram, postando automaticamente no Facebook

Gestão por Competências – 100%

- ✓ Levantamento de necessidades de treinamento
- ✓ Cronograma de eventos de capacitação e aperfeiçoamento

Novo Modelo de Governança Corporativa – 100%

- ✓ Elaboração de termo de referência para contratação de consultoria
- ✓ Licitação em andamento

Novo Modelo de Governança Corporativa – 100%

- ✓ Mobiliário transferido e instalado
- ✓ Equipamentos transferidos e instalados

PROJETOS ESTRATÉGICOS 2022: 85% REALIZADO

- ✓ Melhoria do Cadastro de Imóveis – 100%
- ✓ Saneamento do Cadastro Mobiliário – 100%
- Novo SAT – 55%
- ✓ Revisão do Cálculo do IPTU/ TRSD – 100%
- ✓ IPTU Social – 100%
- ✓ Nova DMS-IF – 100%
- ✓ Conformidade Fiscal do ISS – 60%
- ✓ Controle Fiscal de Empreendimentos Imobiliários – 100%
- ✓ Cobrança Fiscal – 100%
- ✓ Novo Modelo de Gestão de Cobrança – 100%
- ✓ Sistema de Gestão e Monitoramento do Simples Nacional – 100%
- ✓ IPTU com Isonomia Fiscal – 100%
- ✓ Inovar o Planejamento Fiscal – 100%

→ Atendimento Presencial e Virtual – 70%

- ✓ Tesouro Analítico – 100%
- ✓ O Mapa do Tesouro (Fluxo de Caixa) – 100%
- ✓ SEFAZ + Simples – Finanças Públicas no Seu Dia a Dia – 100%

- ✓ Plataforma de Suporte Fiscal ao Des. Econômico e Social de Salvador – 100%
- ✓ Reestruturação da CAP – 100%
- Recadastramento de Imóveis Públicos – 50%
- ✓ Balcão Único – Melhoria da Posição de Salvador no Ranking de Abertura de Empresas – 100%

- ✓ GeoDados SEFAZ – 75%
- ✓ SEFAZ na Rede – 100%
- SEFAZ Verde (Sefaz sem papel) – 50%
- SEFAZ Digital – 85%
- Gestão por Competências – 80%
- Novo Modelo de Gestão de TIC – 40%
- ✓ Novo Modelo de Governança Corporativa – 100%
- ✓ Novo Prédio da SEFAZ – 100%
- Compliance e Integridade SEFAZ – 50%

SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR 2021 - 2024

Em 2021, a partir do esforço de todas as secretarias municipais e sob a coordenação da Casa Civil, a prefeitura lançou o Plano Estratégico 2021-2024. Utilizando como ponto de partida a realidade econômica, social e financeira de Salvador, em especial os desafios deixados pela pandemia do Covid-19, o plano é dividido em sete eixos estratégicos - Capital da Qualidade de Vida, Capital do Conhecimento, Capital da Igualdade Social, Capital da Inovação e do Desenvolvimento Inclusivo, Capital da Mobilidade, Capital da Modernidade e Sustentabilidade e Capital da Eficiência; 100 metas e 103 projetos.

A Secretaria da Fazenda é responsável por 3 projetos: Sefaz Digital, Cadastro ágil e Mais por Salvador - todos organizados no eixo "Capital da Eficiência; e seis metas: (1) Aumentar a Arrecadação Tributária Própria, garantindo uma taxa de crescimento real médio anual de 3,0%; (2) Garantir uma poupança corrente equivalente a 5% da Receita Corrente Ajustada; (3) Melhorar em 90% o índice de satisfação dos contribuintes; (4) Reduzir o estoque da Dívida Ativa em 30% - Compartilhada com a Dívida Ativa; (5) Aumentar a arrecadação, em termos reais, da Dívida Ativa em 10% a cada ano - Compartilhada com a Dívida Ativa; e (6) Digitalizar 200 serviços públicos disponíveis atualmente no catálogo de serviços da Prefeitura - Compartilhada com a Secretaria de Inovação e Tecnologia.

Em 2022, a Sefaz avançou em todas as linhas de ação previstas para o ano.

SEFAZ DIGITAL

Elaborar a Carta de Serviços SEFAZ	(100%)
Implantar o Portal do Contribuinte	(100%)
Disponibilizar 100% dos serviços da SEFAZ em meios digitais, otimizando seus processos e tornando-os mais transparentes	(70%)
Implantar dashboards de monitoramento de processos	(100%)
Implantar novas opções de atendimento virtual	(80%)
Aproximar a SEFAZ dos contribuintes, modernizar os canais de atendimento	(100%)

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	ANO E VALOR BASE	EXPECTATIVA 2022	RESULTADO 2022
1 – Percentual de serviços e processos digitais	2022 – 26%	90%	70%
2 – Tempo de processamento dos serviços	2021 – 68 dias	50 dias	55 dias

CADASTRO ÁGIL

Modernizar e atualizar o Cadastro Imobiliário e Mobiliário de Salvador	(50%)
Realizar recadastramento de imóveis públicos	(30%)
Implantar empresa de gestão de ativos imobiliários	(100%)
Implantar dashboards de monitoramento de processos	(100%)
Atualizar e disponibilizar dados geoespaciais do município de Salvador e entorno, constituindo uma plataforma aberta de geodados qualificado	(20%)

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	ANO E VALOR BASE	EXPECTATIVA 2022	RESULTADO 2022
1 – Percentual de serviços e processos digitais	2022 – 26%	90%	70%
2 – Tempo de processamento dos serviços	2021 – 68 dias	50 dias	55 dias

MAIS POR SALVADOR

Desenvolver ferramentas para melhorar a conformidade fiscal	(60%)
Aprimorar a tributação baseado na isonomia fiscal	(80%)
Implantar novo Sistema de Administração Tributário (SAT)	(50%)
Implantar novo modelo de gestão de cobrança	(100%)
Desenvolver métodos e ferramentas para melhorar o gerenciamento do fluxo de caixa e projetar as receitas e as despesas para diferentes cenários fiscais	(100%)

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	ANO E VALOR BASE	EXPECTATIVA 2022	RESULTADO 2022
1 – Incremento de receita de ISS de instituições financeiras	2020 –	7.000.000	0
2 – Número de ferramentas de conformidade fiscal implantadas	2020 –	20	11
3 – Número de ferramentas de gerenciamento de fluxo de caixa e projeção de receitas e despesas para diferentes cenários fiscais	2020 –	5	4

O indicador de “Incremento de receita de ISS de Instituições Financeiras” tem sido um desafio para a Sefaz, muito por causa de uma retração no movimento das atividades vinculadas ao sistema financeiro no Município, como redução do número de agências dos principais bancos, que refletem também nos serviços que são base de cálculo do ISS.

Em relação as metas que dependem exclusivamente da Sefaz:

META	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE BASE	ANO BASE (idealmente 2020)	2021	2022
Aumentar a Arrecadação Tributária Própria, garantindo uma taxa de crescimento real médio anual de 3,0%	Arrecadação Tributária Própria	R\$ Bilhões (a preços de Set/2022)	3,087	2020	3,180	3,275
				Realizado	3,15	2,76

META	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE BASE	ANO BASE (idealmente 2020)	2021	2022
Garantir uma poupança corrente equivalente a 5% da Receita Corrente Ajustada	Poupança Corrente	%	5,59%	2020	5,00%	5,00%
				Realizado	6,77%	10,21%

META	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE BASE	ANO BASE (idealmente 2020)	2021	2022
Melhorar em 90% o índice de satisfação dos contribuintes	Índice de satisfação dos contribuintes	%	0% (NPS 41 - 2021)	2020	0%	30%
				Realizado	n/a	0,0%
					41	35

LINHA DO TEMPO

JANEIRO

- ▶ Apresentação do DLUI-Web para a ADEMI-BA

ABRIL

- ▶ Assinatura de acordo de cooperação com o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA)

AGOSTO

- ▶ Lançamento do portal 'Incentivos Tributários'
- ▶ Lançamento do Núcleo de Diversidade
- ▶ Adesão ao Sistema Nacional de Nota Fiscal eletrônica

OUTUBRO

- ▶ Venda da folha de pagamento por valor recorde

DEZEMBRO

- ▶ XXXXXX

FEVEREIRO

- ▶ Assinatura do contrato com a COPLAN – Início do desenvolvimento do SAT
- ▶ Posse de novos membros do Conselho Municipal de Tributos (CMT)

JUNHO

- ▶ Lançamento de Totens de autoatendimento
- ▶ Assinatura do contrato com a Oeste – Início do Recadastramento do Patrimônio Público

SETEMBRO

- ▶ Renovação do acordo de cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA)
- ▶ Lançamento do novo edital do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI)

NOVEMBRO

- ▶ Assinatura do contrato com a KPMG - Início da implantação do Programa de Compliance e Integridade

RECONHECIMENTOS 2022



Destaque no Índice do Tesouro Nacional e maior liquidez do Nordeste



Destaque no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal entre as capitais do Nordeste



Primeiro lugar na administração de recursos públicos, segundo revista IstoÉ



Prêmio de boas práticas na captação de recursos internacionais



Melhor capital do Nordeste no indicador que mede qualidade da informação contábil



Prêmio de boas práticas em governança municipal

SALVADOR É 2ª CAPITAL DO PAÍS EM DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL

FAZENDA EM NÚMEROS

GESTÃO FISCAL

- ▶ Quantidade de processos administrativos abertos na Sefaz
- ▶ Valor arrecadado em cobrança administrativa
- ▶ Quantidade de parcelamentos realizados
- ▶ Pagamentos realizados
- ▶ Quantidade de processos de IPTU analisados
- ▶ Quantidade de processos de ITIV analisados
- ▶ Quantidade de ações fiscais de ISS iniciadas
- ▶ Quantidade de ações fiscais de ISS encerradas
- ▶ Valor arrecadado em autuações

SERVIÇOS

- ▶ Quantidade de serviços digitalizados no portal de serviços da prefeitura
- ▶ Quantidade de acessos aos serviços da Sefaz no portal de serviço da prefeitura
- ▶ Destacar o serviço mais acessado e colocar a quantidade de acesso
- ▶ Quantidade de atendimentos presenciais realizados
- ▶ Quantidade de acessos no FAS
- ▶ Destaque para instalação de 1 totem e 3 maquinetas para autoatendimento

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- ▶ Quantidade de relatórios de gestão fiscal publicados
- ▶ Quantidade de relatórios resumidos de execução orçamentária publicados
- ▶ Quantidade de audiências públicas realizadas

COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS



INSTAGRAM DESDE 2021

@sefazsalvador

3.125 SEGUIDORES
1.173 CURTIDAS (ÚLTIMOS 30 DIAS)
6.202 CONTAS ALCANÇADAS
(ÚLTIMOS 30 DIAS)



YOUTUBE DESDE 2021

@sefazsalvadoroficial

7.939 VISUALIZAÇÕES
1,3 mil HORAS DE EXIBIÇÃO



YOUTUBE DESDE 2022

@sefazsalvador

303 SEGUIDORES
487 CURTIDAS
442 CLIQUES PARA O SITE



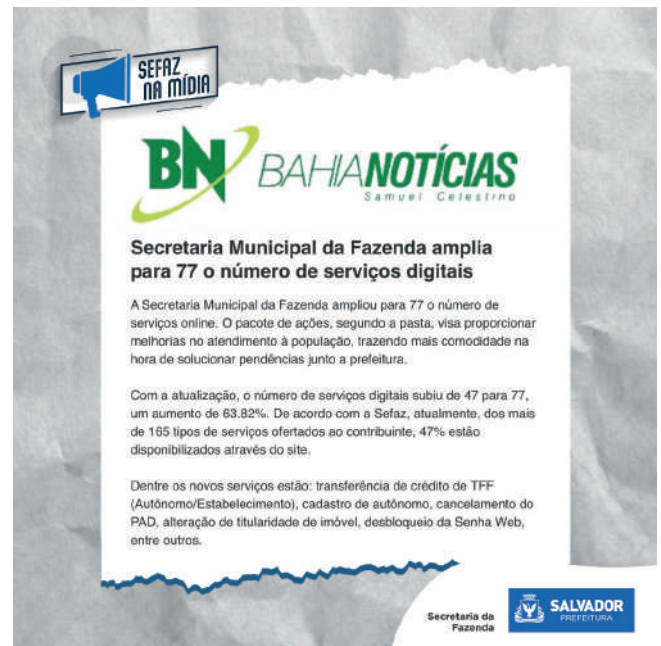
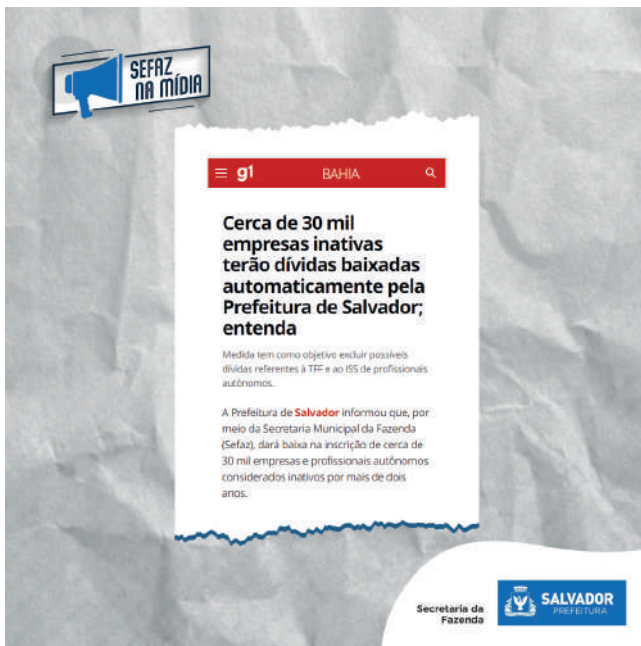
FACEBOOK DESDE 2011

@salvadorsefaz

3.360 USUÁRIOS
ENGAJADOS

DESTAQUES NA IMPRENSA

ARTIGOS EM JORNAIS



SEFAZ NA MÍDIA

PORTAL **A TARDE** .COM.BR

MENU

Adesão ao PAD cresce 160% em Salvador após redução de juros

Mais de 21 mil contribuintes aderiram ao programa nos primeiros cinco meses do ano

Apesar da alta inflação que atinge o Brasil - acumulado de 12,13% nos últimos 12 meses -, mais de 21 mil contribuintes aderiram ao programa de Parcelamento Administrativo de Débitos da Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador. Os dados são referentes aos cinco primeiros meses de 2022.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA

Correio Assine

Prefeitura facilita emissão de alvará de viabilidade para 405 atividades em Salvador

Mais empresas poderão ser abertas automaticamente pela administração municipal

A Prefeitura de Salvador, por meio das secretarias de Desenvolvimento Urbano (Sedur) e da Fazenda (Sefaz), revisou os critérios de classificação de risco de diversas atividades econômicas. Um decreto publicado no Diário Oficial do Município (DOM) desta sexta-feira (29) amplia de 149 para 405 o número de tipos de negócios considerados de "baixo risco A".

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA

Bnews

Salvador é premiada por boas práticas de captação de recursos internacionais

O projeto do Prodetur foi o que venceu o Prêmio SAIN-ABDE de Melhores Práticas em Captação na categoria Governos Municipais

A Prefeitura de Salvador recebeu nesta terça-feira (7), em Brasília, o prêmio nacional em boas práticas de captação de recursos internacionais. A premiação é uma iniciativa da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN), do Ministério da Economia.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA

Varela.net notícia de verdade

Sefaz Salvador lança Núcleo de Diversidade com finalidade de combater LGBTfobia

A ação ocorrerá a partir das qualificações dos servidores públicos

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) está com um novo projeto voltado para público LGBTQIA+. Intitulado de o 'Núcleo de Diversidade', onde um grupo ficará responsável por atuar na promoção de ações para combater a LGBTfobia. A ação ocorrerá a partir das qualificações dos servidores públicos, para que o tratamento com pessoas da comunidade LGBTQIA+ ocorra de maneira adequada.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA

Política Bahia

Prefeitura lança portal para impulsionar atividade econômica; programas oferecem reduções em taxas e impostos

Os soteropolitanos ganharam uma nova ferramenta para conferir todos os benefícios tributários oferecidos pela Prefeitura de Salvador. Nesta segunda-feira (15), a Secretaria Municipal da Fazenda lançou o portal 'Incentivos Tributários' durante a participação da titular da pasta, Giovanna Vicer, no evento organizado pelo Lide Bahia. A plataforma visa ampliar o acesso à informação sobre programas que impulsionam o desenvolvimento econômico, sociocultural, urbanístico e ambiental e oferecem como contrapartida à redução de taxas e impostos.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA

bahia.ba


Sefaz dobra capacidade de agendamento para atendimento nas unidades da Rede SAC

A quantidade de senhas disponibilizadas diariamente para agendamento passa de 320 para 650, 103% de aumento na capacidade de atendimento

A Secretaria Municipal da Fazenda aumentou, no início deste mês, a capacidade de senhas diárias para agendamento de atendimentos nos postos da Rede SAC. Após resultados da pesquisa de satisfação do contribuinte, a pasta revisou os números e ampliou a oferta de guichês espalhados pela cidade.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA




Prefeitura de Salvador adere ao Sistema Nacional de Nota Fiscal eletrônica

A Prefeitura de Salvador aderiu ao Sistema Nacional de Nota Fiscal eletrônica, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). A aderência ao ADN faz parte do projeto do Sistema Nacional da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e Nacional).

De acordo com a pasta, o objetivo da assinatura é de fornecer todas as informações que constam nos documentos fiscais entre municípios e contribuintes. Entretanto, a medida não vai alterar a forma de emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) no município, mas facilitará o processo de compreensão e o acesso às informações, além de simplificar o cumprimento das obrigações principal e acessórias do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA



Correio

Assine


Salvador reduz para 9h o tempo médio da abertura de empresas

Integração de sistemas e modernização de processos são responsáveis por redução

Quem pretende abrir empresa no município de Salvador terá que investir apenas 9h do seu tempo. O procedimento, que antes durava quatro dias, foi reduzido segundo dados divulgados no último Painel Mapa de Empresas da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia. A redução é fruto da adesão à REDESIM e do trabalho de desburocratização realizado pelas secretarias da Fazenda (Sefaz) e de Desenvolvimento Urbano (Sedur).

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA



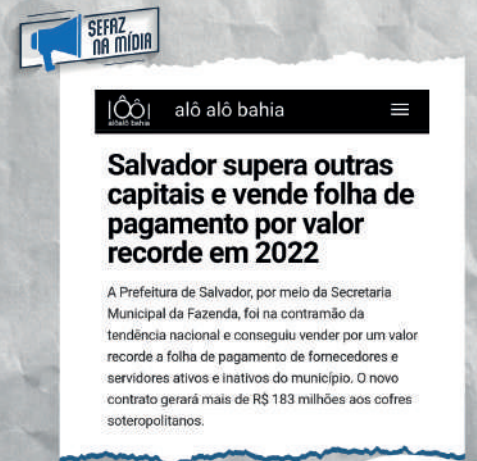
Sefaz Municipal e CREA renovam acordo para garantir segurança nos empreendimentos na cidade

Termo de cooperação tem como finalidade viabilizar a troca de informações referente ao ramo da construção civil

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA) renovaram, na manhã desta quarta-feira (14), o acordo de cooperação que aproxima as entidades e facilita a troca de informações e dados referentes aos registros imobiliários na cidade. O contrato, que expiraria neste mês de setembro, foi renovado por mais três anos.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA




alô alô bahia

Salvador supera outras capitais e vende folha de pagamento por valor recorde em 2022

A Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, foi na contramão da tendência nacional e conseguiu vender por um valor recorde a folha de pagamento de fornecedores e servidores ativos e inativos do município. O novo contrato gerará mais de R\$ 183 milhões aos cofres soteropolitanos.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA




Prefeitura envia à Câmara projeto que aumenta isenção do IPTU para baixa renda

Além de ampliar isenção do IPTU, projeto prorroga benefício sobre ISS do ônibus e programa de retomada do setor cultural

A Prefeitura de Salvador encaminhou nesta quinta-feira (3) à Câmara Municipal um projeto de lei que aumenta a faixa de isenção do pagamento do IPTU para a população de baixa renda e mantém a inflação oficial como o limite de correção do tributo nos próximos dois anos.

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

SEFAZ NA MÍDIA



Capital baiana recebe prêmio de boas práticas em governança municipal

Premiação foi concedida durante o I Congresso Brasileiro de Gestão por Resultados

Salvador foi premiada com o Índice CFA de Governança Municipal durante o I Congresso Brasileiro de Gestão por Resultados, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, na tarde desta sexta-feira (4).

Secretaria da Fazenda SALVADOR PREFEITURA

EVENTOS

EVENTOS ORGANIZADOS PELA SEFAZ

ASPLA APLICA EXERCÍCIO PARA MELHORAR QUALIDADE DE SERVIÇOS OFERECIDOS PELA SEFAZ



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

Atividade realizada com a participação de 35 profissionais que se envolveram no exercício com a durabilidade de pouco mais de 1 hora, sendo 29 atendentes, quatro representantes e dois encarregados, os funcionários foram divididos em seis grupos para apresentar pontos positivos e negativos e sugerir ideias sobre três temas: relação com usuários/contribuintes, relação com meu trabalho (colegas, chefia e espaço) e relação com outros setores da Sefaz. Com intuito de aprimorar tanto a realização de serviço quanto o atendimento, foi apresentado os resultados parciais da pesquisa de satisfação Avalie Sefaz e aplicado uma dinâmica para ouvir parte dos colaboradores que integram o serviço de atendimento. Além do treinamento presencial, a Sefaz também criou a

Política de Atendimento ao Cidadão. O documento estabelece novas linhas de conduta para promoção da qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda, além de promover iniciativas inovadoras de atendimento, com foco nas necessidades.

O evento foi voltado para as servidoras e terceirizadas da Sefaz e pôde ser acompanhado por todos os colaboradores ao vivo pelo canal do YouTube da secretaria.

Aberto pela titular da pasta, Giovanna Victor, que celebrou a ocasião, recebeu palestras da Gestora Regional Nordeste do Sabin Medicina Diagnóstica, Agnaluce Moreira, que falou sobre Autocuidados da Mulher, e da Bioquímica Farmacêutica, Francyslea Coelho, que abordou a importância da prevenção do câncer do colo do útero. Finalizado com a palestra “Orçamento e Finanças da Família”, ministrada pelo diretor do Tesouro Municipal, Ricardo Góis, com orientações sobre como conciliar despesas e administrar o orçamento das famílias como peça chave para independência financeira.

SEFAZ CELEBRA MÊS DA MULHER COM PALESTRAS SOBRE AUTOCUIDADO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA PROMOVE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LÍDERES E GESTORES

Com o objetivo de ampliar o conhecimento e capacitar o quadro técnico de servidores da pasta, quase 100 colaboradores que atuam em cargos de liderança estiveram presentes.

Durante cerca de 10 horas de intensa troca de experiências e conhecimentos, os palestrantes trouxeram reflexões sobre pertencimento, responsabilidade, trabalho em equipe, ampliação da percepção para os desafios de liderança, gestão do conhecimento e institucionalização de práticas no serviço público



TREINAMENTO PARA SISTEMA DE ATENDIMENTO É REALIZADO EM 09.05.2022



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

O treinamento foi realizado pela Assessoria de Planejamento e Modernização (Aspla), para que a equipe de atendimento pudesse conhecer os procedimentos que utilizados no novo Formulário de Atendimento Virtual da Sefaz (FAS).

Os colaboradores responsáveis pelo atendimento ao público puderam tirar suas dúvidas sobre o novo sistema que hoje facilita a prestação de serviços prestados pela Sefaz.

SEFAZ PROMOVE WORKSHOP DE INOVAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO PARA GESTÃO TERRITORIAL DE SALVADOR



O evento teve como intuito apresentar resultados e indicar caminhos para aprimorar a utilização de ferramentas modernas e inovadoras que potencializam a gestão na tomada de decisões mais acuradas e precisas.

Além de contribuir para o aprimoramento de informações contidas nas bases cadastrais georreferenciadas da secretaria, possibilitando a criação de ações mais efetivas voltadas para a arrecadação, redução e fiscalização de créditos, além de permitir a economia de recursos e transformar o processo de cobranças de impostos mais automatizados e inteligentes.

Mostrando aos profissionais outras análises georreferenciais usadas para determinar os valores socioeconômicos dos contribuintes de Salvador e de georreferenciamento de áreas públicas municipais.

A Contadoria Geral do Município (CTM) realizou o treinamento sobre as novas fontes de recursos.

A ação buscou orientar e esclarecer dúvidas para o bom andamento da execução orçamentária, financeira e contábil do município, com base nas novas fontes de recursos que serão utilizadas de forma obrigatória a partir do exercício de 2023.

Conforme determinam as portarias Conjunta SOF STN nº 20/2021 e STN nº 710/2021, que estabelecem a classificação das fontes ou destinações de recursos que serão utilizadas por município, estados e Distrito Federal, a Prefeitura Municipal de Salvador passará a utilizar a nova codificação de fontes de recursos a partir do exercício 2023.

Por esse motivo, a Contadoria evidenciou e esclareceu conceitos durante o encontro, além de apresentar de forma didática a nova tabela de fontes que será implantada no município.

CONTADORIA REALIZA TREINAMENTO SOBRE NOVAS FONTES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO 2023



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

SEFAZ PROMOVE WORKSHOP SOBRE OFFICE 365



A Secretaria Municipal da Fazenda promoveu, no dia 27 de setembro, o workshop sobre o Microsoft Office 365.

O evento, realizado virtualmente, teve como principal objetivo capacitar os profissionais da pasta e promover o melhor entendimento das funcionalidades em nuvem do Microsoft Teams, Planner e SharePoint.

SEFAZ PROMOVE EVENTO SOBRE SETEMBRO AMARELO

A Secretaria Municipal da Fazenda realizou o evento Setembro Amarelo – É Preciso Saber Viver – tendo por objetivo a conscientização dos servidores da pasta sobre a prevenção do suicídio e a promoção da saúde mental. Trouxe profissionais da Prefeitura Municipal de Salvador e do Centro de Valorização da Vida – CVV, para compartilhar conhecimentos e experiências que fortaleçam a valorização da vida



EM PARCERIA COM O MATER DEI, SEFAZ REALIZA PALESTRA DE COMBATE AO CÂNCER DE MAMA



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

Secretaria Municipal da Fazenda realizou, em parceria com o Hospital Mater Dei Salvador, o evento 'Outubro Rosa: a gente precisa tocar neste assunto'. O encontro teve como objetivo ressaltar a importância do autocuidado físico e mental no combate ao câncer de mama, segundo tipo de carcinoma que mais mata mulheres no país.

O evento contou com a participação de profissionais do Hospital e Psicólogos atuantes na Prefeitura de Salvador, que trouxeram explicações sobre a doença, tiraram dúvidas e apontaram os principais sinais e as formas de prevenção, além de abordarem os aspectos psicológicos na prevenção e no combate da doença, trazendo alerta sobre a depressão e a ansiedade.

EVENTOS EXTERNOS

SALVADOR SEDIA 6º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE AUDITORES FISCAIS



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

A cidade de Salvador recebeu, entre os dias 13 e 15 de junho de 2022, a 6ª edição do Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais. O evento, que neste ano marcou os 200 anos da Independência do Brasil, tratou das questões fiscais debatidas sob a perspectiva da democracia e do desenvolvimento, com a preocupação de apontar caminhos para o futuro. As palestras aconteceram no auditório do Fiesta Bahia Hotel, no Itaigara.

A edição de 2022 teve o apoio da Prefeitura de Salvador, através da Secretaria da Fazenda, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Participaram cerca de 500 auditores fiscais da Receita Federal, dos estados e dos municípios de todo o Brasil e de Portugal. Os três dias de congresso contaram com uma programação ampla entre painéis e palestras de nomes importantes para a economia luso-brasileira.

A secretária da Fazenda de Salvador e presidente do Fórum Nacional de Secretários da Fazenda e Finanças da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Giovanna Victer, participou da 35ª edição do Seminário Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU). Intitulado como “Novas Regras para Transporte Coletivo: Mais Qualidade e Tarifa mais Acessível”, o evento, realizado em São Paulo, entre os dias 09 a 11 de agosto, teve como tema a busca por soluções que melhorem o serviço no Brasil.

Victer participou do painel “O financiamento do transporte público coletivo para além da tarifa”.

Durante a palestra, a gestora abordou caminhos para viabilizar um transporte público com mais qualidade, tempestividade, segurança e menor custo para o passageiro, em benefício da maioria da população que depende do serviço de mobilidade urbana.

SECRETÁRIA DA FAZENDA DE SALVADOR PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM SÃO PAULO



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

SECRETÁRIA DA FAZENDA PARTICIPA DE EVENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS



O principal objetivo do evento foi propor aprimoramentos ao federalismo brasileiro, reconhecendo o papel dos Municípios como agentes fundamentais para a implementação de políticas públicas alinhadas especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A secretária da Fazenda, Giovanna Victer, foi uma das convidadas da mesa onde falou sobre as propostas para o fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir das dinâmicas atuais utilizadas na sua gestão na capital baiana. Com base iniciativa “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030”.

A elaboração dessas propostas se deu a partir das reflexões construídas ao longo do ciclo de seminários realizados entre 2019 e 2020. O lançamento da iniciativa será nesta sexta-feira (29), a partir das 10h, com a transmissão ao vivo pelo canal de YouTube do IDS.

MEMBROS DA SEFAZ PARTICIPAM DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL DA ABRASF EM 2022

A Secretaria Municipal da Fazenda esteve presente na 1º Assembleia Geral Ordinária da ABRASF de 2022. Representada pelo Diretor da Receita Municipal, Ulysses Arêas, e pelo coordenador de Arrecadação, Leonardo Albuquerque, que participaram da Câmara Técnica Permanente, evento que antecipa a assembleia e discute inúmeros temas de interesses das capitais.



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

O encontro também contou com a participação da contadora Geral do Município, Luciana Borges, que coordenou o debate sobre ‘Questões Financeiras e Contabilidade’, e pela titular da pasta, Giovanna Victer, que participou do 1º dia da assembleia e esteve nos intensos debates sobre as perdas do município, o ‘SUS’ para o transporte público, os precatórios e o projeto de lei que estabelece um limite de 17% no ICMS sobre bens e serviços que passam a ser considerados essenciais.

GIOVANNA VICTER COMANDA PALESTRA EM EVENTO DA ENAP



IMAGEM: ENAP

A secretária Municipal da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer, ministrou a palestra 'Meio mandato: qual é o legado da minha gestão?'

Durante o encontro liderando para o Desenvolvimento – Novos Prefeitos, iniciativa inovadora de capacitação lançada pela Enap em 2020 que tem como foco a ampliação da capacidade dos entes e o desenvolvimento local, dividida em três grandes blocos: liderança e legado; inovação e desenvolvimento sustentável. Durante duas horas, Victer contou para prefeitos, secretários estaduais e municipais as principais ações realizadas na pasta ao longo dos últimos 18 meses.

GIOVANNA VICTER PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO PÚBLICA FAZENDÁRIA

A secretária Giovanna Victer participou, entre os dias 19 e 28 de julho de 2022, do Seminário de Gestão Pública Fazendária. Organizado pela Associação das Secretarias Municipais de Finanças do Estado de São Paulo (ASSEFIN), as palestras do evento tiveram como foco a apresentação de fórmulas que podem aumentar a arrecadação sem mexer nos valores tributários já previstos e a adequação das despesas do município. Totalmente gratuito e online, o evento aconteceu durante sete dias e contou com 27 palestras que transitam pelo tema “Excelência dos Serviços Fazendários, Por Uma Gestão Pública Voltada aos Interesses Sociais”, divididas em subtemas, como “A revolução digital no serviço público”, “O Controle Social e o cidadão”, “A força da cooperação regional na gestão pública”, entre outros.



GIOVANNA VICTER PARTICIPA DO I SIMPÓSIO DE TRIBUTAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E AGRONEGÓCIO

A secretária da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer, participou do I Simpósio de Tributação, Sustentabilidade e Agronegócio, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil seção Bahia, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Victer se apresentará

no painel 2 do evento, que teve como tema “Desenvolvimento Sustentável e Tributação”. Durante o evento, especialistas investigaram questões que dizem respeito à advocacia que milita no Direito Tributário, abordando temas como a tributação do agronegócio no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), a relação entre o desenvolvimento sustentável e a estrutura tributária do país e as novas perspectivas da tributação no agronegócio brasileiro.

SEFAZ APRESENTA PROJETOS NA 8ª SEMANA DE INOVAÇÃO DA ENAP



Membros da Secretaria Municipal da Fazenda apresentaram três projetos da pasta durante a Semana de Inovação na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Foram apresentados o Bilhete Eletrônico, voltado para o cadastro, emissão, gerenciamento e validação de ingressos de eventos ocorridos no município, o sistema de Gestão do Simples Nacional e o nudge de cobrança – que utiliza técnicas das ciências de dados e comportamentais para notificar o contribuinte sobre sua dívida, resultando em aumento da eficiência fiscal.

Sefaz + por Salvador, que possui o intuito de modernizar e aproximar a pasta do contribuinte – oferecendo serviços ainda mais qualificados.

As iniciativas fazem parte do Planejamento Estratégico

MEMBROS DA SEFAZ APRESENTAM CASES DE SUCESSO EM EVENTO DA ABRASF

Membros da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) participaram, da 60ª reunião da câmara técnica permanente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), em Goiânia, para apresentar cases de sucesso da pasta.



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

O evento visou fomentar a troca experiências na aplicação de projetos bem sucedidos em diferentes cidades do país. Os projetos da capital baiana foram apresentados pelo diretor da Receita Municipal, Ulysses Arêas, e coordenador de Arrecadação, Leonardo Albuquerque.

Os gestores levaram o exemplo do Sistema de Bilhetagem Eletrônica de Eventos de Salvador, que está em funcionamento desde 2018, e pregão do PIX, no qual a secretaria obteve um baixo valor para cada transação realizada no pagamento de impostos e taxas no comparativo com contratos firmados por outros municípios.

GIOVANNA VICTER APRESENTA LANÇAMENTO DE ANUÁRIO QUE ANALISA DESEMPENHO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

A secretária da Fazenda de Salvador e presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças da Frente Nacional de Prefeitos, Giovanna Victer, apresentou, ao lado do secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, o lançamento da '18ª edição do Anuário MultiCidades – Finanças dos Municípios do Brasil'.

Idealizado pela FNP, o anuário traz análises sobre o desempenho das finanças dos municípios brasileiros, servindo como ferramenta de transparência e divulgação das contas públicas e subsídio para a formação de gestões mais eficientes e inteligentes.

Na edição lançada neste ano, o periódico fez uma avaliação cuidadosa sobre a evolução das principais receitas e despesas até 2021 e os fatos que mais marcaram as finanças até 2022, além de indicar as principais tendências para 2023.

MEMBROS DA SEFAZ PARTICIPAM DA 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2022 DA ABRASF

Membros da Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador participaram, nos dias 10 e 11 de novembro de 2022, da 3ª Assembleia Geral Ordinária de 2022 da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças (ABRASF).



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

Durante as assembleias promovidas pela associação, os representantes dos setores de finanças dos municípios conseguiram trocar experiências que melhorem o planejamento do orçamento municipal, a partir dos impactos econômicos diante das políticas aprovadas pelo Congresso Nacional.

A reunião trouxe debates de temas importantes para o setor de finanças públicas do país, como as propostas da Reforma Tributária, Nota fiscal Eletrônica de Serviços, tributação de serviços provenientes do exterior, era da Economia Digital 4.0 e os impactos das alterações da tributação do ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações. Visando aperfeiçoar a eficiência na hora da arrecadação e utilização do dinheiro público.

DESTAQUES 2022

Sefaz lança portal para impulsionar atividade econômica

incentivo tributarios.sefaz.salvador.ba.gov.br



A secretária Municipal da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer, ministrou a palestra 'Meio mandato: qual é o legado da minha gestão?'.

Durante o encontro liderando para o Desenvolvimento – Novos Prefeitos, iniciativa inovadora de capacitação lançada pela Enap em 2020 que tem como foco a ampliação da capacidade dos entes e o desenvolvimento local, dividida em três grandes blocos: liderança e legado; inovação e desenvolvimento sustentável. Durante duas horas, Victer contou para prefeitos, secretários estaduais e municipais as principais ações realizadas na pasta ao longo dos últimos 18 meses.



SEFAZ Salvador lança cartilha para tirar dúvidas sobre processo de abertura de empresas

sefaz.salvador.ba.gov.br/cartilha/balcaounico



O Balcão Único é um projeto nacional que reduz a burocracia no processo de abertura de empresas. O sistema reúne dados da União, Estados e Municípios, permitindo que o empreendedor não precise se deslocar a vários órgãos para enviar as documentações necessárias.

Atualmente, o contribuinte realiza o registro e obtém o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) através do preenchimento do formulário digital único, disponível no site da Junta Comercial da Bahia. A medida evita duplicidade de informações, reduz erros no preenchimento dos dados e dinamiza o procedimento.

A cartilha possui cerca de 59 esclarecimentos sobre viabilidade locacional, Documento de Arrecadação Municipal (DAM), Microempreendedor Individual (MEI), Regime Simplificado Simples Nacional, autônomos, sistemas REDESIM e REGIM, e empresas localizadas fora do município de Salvador. Além das 59 respostas, o contribuinte conta com um formulário para o encaminhamento de mais perguntas pertinentes para a sociedade.



Durante o encontro liderando para o Desenvolvimento – Novos Prefeitos, iniciativa inovadora de capacitação lançada pela Enap em 2020 que tem como foco a ampliação da capacidade dos entes e o desenvolvimento local, dividida em três grandes blocos: liderança e legado; inovação e desenvolvimento sustentável. Durante duas horas, Victor contou para prefeitos, secretários estaduais e municipais as principais ações realizadas na pasta ao longo dos últimos 18 meses.

Sefaz oferece mais de 30 serviços em nova plataforma virtual

fas.sefaz.salvador.ba.gov.br



Lançado em maio de 2022, o Formulário de Atendimento Virtual da Sefaz (FAS) O sistema proposto oferece uma solução para a relação por e-mail do setor de atendimento ao contribuinte. A ideia central é tornar mais gerencial a recepção dos atendimentos, permitindo gestão das novas demandas, a identificação dos encaminhamentos e prazos.

COMUNICADO 

Informamos que a partir desta quarta-feira, 10/08/2022, estarão suspensos os atendimentos digitais através do e-mail atendemergencial@sefaz.salvador.ba.gov.br.

Para esclarecer dúvidas ou solicitar serviços, acesse o Formulário de Atendimento Virtual da Sefaz (FAS) através do endereço fas.sefaz.salvador.ba.gov.br.

85
SERVIÇOS
DIGITAIS

SEFAZ contratará startup para realizar saneamento do cadastro imobiliário

sefaz.salvador.ba.gov.br/desafio



The screenshot shows the SEFAZ website interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'INICIO', 'A SECRETARIA', 'SERVIÇOS', 'LEGISLAÇÃO', 'NOTÍCIAS', 'ATENDIMENTO VIRTUAL', and 'OUVIDORIA'. Below this, a search bar and social media icons are visible. The main content area features a large graphic with the text 'DESAFIO startup' and 'SANEAMENTO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO'. To the right, it states 'INOVAÇÃO, ESTRATÉGIA E SOLUÇÃO' and '18 DE AGOSTO A 26 DE SETEMBRO DE 2022'. A lightbulb icon is positioned above the word 'DESAFIO'. Below this, a paragraph explains the challenge: 'FUNDADA EM 1549, SALVADOR POSSUI ATUALMENTE 886 MIL INSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 693,8 KM². APESAR DA SÉRIE DE CRUZAMENTOS DE DADOS, GEOPROCESSAMENTOS E SANEAMENTOS CADASTRAIS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS ANOS, AINDA NÃO CONSEGUIMOS REGULARIZAR A SITUAÇÃO DAS UNIDADES COM PROBLEMAS NOS CAMPOS DO CADASTRO IMOBILIÁRIO.' At the bottom, it states: 'DESAFIAMOS EMPRESAS INOVADORAS A PROMOVER O SANEAMENTO DE APROXIMADAMENTE 120 MIL INSCRIÇÕES NO CADASTRO IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO.'

A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil a utilizar o Marco Legal das Startups, que permite a participação de empresas enquadradas como startups – de acordo com a Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021. A ação tem como objetivos realizar o saneamento e a atualização cadastral de mais de 120 mil inscrições imobiliárias e fomentar o ecossistema de startups na cidade.

A contratação busca manter os dados atualizados, aumentar a confiabilidade da base cadastral e proporcionar ações mais assertivas, através de componentes tecnológicos inovadores que estimularão a modernização e a transformação digital da secretaria.

Atualmente, Salvador gere um amplo cadastro com cerca de 886 mil inscrições. A base de dados da pasta aponta que 751 mil estão ativas, enquanto 99 mil estão suspensas por falta de atualização cadastral e 36 mil por inatividade há mais de 22 anos.

Salvador supera outras capitais e vende folha de pagamento por valor recorde em 2022



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

A Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, conseguiu vender por um valor recorde a folha de pagamento de fornecedores e servidores ativos e inativos do município. O novo contrato gerará mais de R\$ 183 milhões aos cofres soteropolitanos.

Realizado através de pregão eletrônico, sendo novamente vencido pelo banco Bradesco, que pagou cerca de R\$ 77,80 por servidor. O novo vínculo entrará em vigor a partir de 1 de março de 2023, com validade de cinco anos. O valor será pago integralmente nos próximos dias e incorporado a receita do município, sendo alocado de acordo com as políticas públicas e a Lei Orçamentária.

Diferentemente de outras cidades do país, Salvador conseguiu atrair instituições financeiras e superar o lance mínimo estimado pela gestão, ficando à frente, por exemplo, do Rio de Janeiro e Goiânia no valor pago por funcionário.

Atualmente, a prefeitura possui 39.223 servidores, aposentados e pensionistas cadastrados na base de dados, sendo 21.399 concursados e efetivos, 8.045 comissionados ou contratados, 6.608 aposentados e 3.171 pensionistas.

SEFAZ inicia implantação de programa de integridade baseado nos pilares ESG



IMAGEM: Ascom/ SEFAZ 2022

A Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador iniciou em 21 de setembro de 2022, a implantação do Programa de Compliance e Integridade da pasta. O projeto tem como principais objetivos incentivar a transparência, a responsabilidade fiscal e a atuação ética, além de promover melhorias nos processos de auditoria e a adesão à cultura organizacional.

O programa reúne técnicas e metodologias, aplicadas na iniciativa privada, que fortalecem boas práticas, dão credibilidade e incentivam o cumprimento da legislação e a adoção de medidas preventivas e corretivas necessárias para a geração de valor no ambiente público.

Em parceria com a KPMG Brasil, as práticas envolverão servidores, terceirizados e colaboradores que tenham relação direta e indireta com a instituição e está em conformidade com os pilares de ESG (recursos sociais, humanos e ambientais) e faz parte do planejamento estratégico SEFAZ + por Salvador, que visa modernizar a pasta e promover mais eficiência, transparência e transformação digital, através de 30 projetos

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste tópico, são exibidos os dados da realização da receita e execução da despesa do município de Salvador no exercício financeiro de 2022, tendo como pano de fundo a evolução verificada desde 2019, exercício fiscal imediatamente anterior ao da ocorrência da Pandemia da COVID-19.

Para a receita, os dados são apresentados segundo as classificações por origem e por natureza econômica. As despesas são expostas por categoria econômica e por sua distribuição pelas diversas funções de governo.

Por fim, evidencia-se a subordinação das despesas às receitas, demonstrando-se os níveis de poupança corrente realizados, o cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e os efeitos da gestão fiscal implementada na geração de disponibilidades financeiras e na administração da dívida pública municipal.

DESEMPENHO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Receita pública é definida como todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênios e quaisquer outros títulos.

Na área pública, as receitas são usualmente classificadas quanto à:

a) **origem**, distinguindo-se aquelas que são diretamente arrecadadas, denominadas de Receitas Próprias, daquelas que são recebidas mediante transferências, obrigatórias ou voluntárias, especialmente da União e do Estado, designadas Receitas de Transferências; e quanto à

b) **natureza econômica**, no que são divididas em Receitas Correntes, derivadas do poder de tributar ou da venda de produtos e serviços, para aplicação em atividades operacionais, correntes ou de capital, e Receitas de Capital, derivadas da constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos, alienação de componentes do ativo permanente ou transferências de capital, para aplicação em despesas de capital.

Para além destas, há também as chamadas Receitas Intraorçamentárias, resultantes de operações que se dão exclusivamente no âmbito interno do próprio orçamento municipal. O principal componente e exemplo mais ilustrativo destas receitas são os recursos da contribuição patronal do município para sua entidade de Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, no caso de Salvador, o Fundo Municipal da Previdência do Servidor – FUMPRES.

Evolução da Receita por Origem: Receitas Próprias e de Transferências

Conforme mostrado na Tabela 1, a Receita Total do Município do Salvador em 2022 somou R\$ 9,664 bilhões. Esta receita foi composta por R\$ 5,071 bi de Receitas Próprias, R\$ 4,214 bi de Receitas de Transferências e R\$ 379 milhões de Receitas Intraorçamentárias.

Tabela 1: Receitas por Origem: Próprias e de Transferências

Item de Receita	Valor Nominal (em R\$ mil)				Incremento Nominal						Incremento Real*					
	2019	2020	2021	2022	2020/ 2019	2021/ 2019	2022/ 2019	2021/ 2020	2022/ 2020	2022/ 2021	2020/ 2019	2021/ 2019	2022/ 2019	2021/ 2020	2022/ 2020	2022/ 2021
Receitas Próprias	3.714.970	3.793.463	4.010.343	5.071.090	2,1%	8,0%	36,5%	5,7%	33,7%	26,5%	-1,2%	-3,7%	12,0%	-2,5%	13,3%	16,3%
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	3.417.888	-1,2%	9,0%	29,0%	10,4%	30,6%	18,3%	-4,5%	-2,4%	5,9%	2,1%	10,8%	8,5%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	2.985.705	-1,1%	9,9%	28,7%	11,2%	30,2%	17,1%	-4,4%	-1,6%	5,7%	2,9%	10,6%	7,4%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	1.465.630	-6,1%	6,9%	27,1%	13,9%	35,4%	18,8%	-9,1%	-4,6%	4,3%	5,0%	14,8%	9,4%
IPTU	733.871	746.996	824.481	906.155	1,8%	12,3%	23,5%	10,4%	21,3%	9,9%	-1,8%	1,2%	1,5%	3,1%	3,3%	0,2%
ITIV	180.764	211.645	245.904	262.950	17,1%	36,0%	45,5%	16,2%	24,2%	6,9%	13,1%	21,5%	19,5%	7,5%	5,7%	-1,7%
IRRF	251.885	252.105	246.503	350.970	0,1%	-2,1%	39,3%	-2,2%	39,2%	42,4%	-3,1%	-12,6%	14,3%	-9,8%	17,9%	30,8%
Taxas	330.691	324.309	339.878	432.183	-1,9%	2,8%	30,7%	4,8%	33,3%	27,2%	-5,0%	-8,5%	7,3%	-3,7%	12,9%	17,2%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	445.484	12,3%	16,7%	28,5%	3,9%	14,5%	10,1%	8,6%	4,2%	5,5%	-4,0%	-2,8%	1,2%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	590.147	-45,4%	-13,9%	312,9%	57,8%	656,7%	379,4%	-47,1%	-24,0%	237,4%	43,6%	537,8%	344,3%
Receita Industrial	52	13	72	12	-76,2%	36,6%	-77,2%	473,4%	-4,1%	-83,3%	-76,9%	15%	-81,5%	400,5%	-19,9%	-84,0%
Receitas de Serviços	23.919	12.857	35.919	4.276	-46,2%	50,2%	-82,1%	179,4%	-66,7%	-88,1%	-47,4%	35,4%	-85,3%	157,3%	-72,2%	-89,2%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	356.615	37,9%	15,8%	3,5%	-16,0%	-24,9%	-10,6%	34,5%	1,5%	-15,0%	-24,6%	-36,8%	-16,3%
Alienação de Bens	53.491	6.000	2.118	6.285	-88,8%	-96,0%	-88,3%	-64,7%	4,7%	196,8%	-89,1%	-96,6%	-90,4%	-68,4%	-11,3%	180,6%
Outras Receitas Próprias	153.087	214.816	155.551	250.382	40,3%	1,6%	63,6%	-27,6%	16,6%	61,0%	34,7%	-9,0%	34,0%	-32,4%	-0,5%	47,2%
Receitas de Transferências	3.005.644	3.550.616	3.662.738	4.213.913	18,1%	21,9%	40,2%	3,2%	18,7%	15,0%	14,6%	9,0%	15,2%	-4,9%	0,6%	5,7%
Governamentais Obrigatórias	3.295.798	3.827.392	4.073.908	4.647.978	16,1%	23,6%	41,0%	6,4%	21,4%	14,1%	14,2%	8,8%	14,2%	-4,7%	0,0%	4,9%
Da União	1.836.302	2.391.838	2.312.349	2.769.551	30,3%	25,9%	50,8%	-3,3%	15,8%	19,8%	26,4%	12,6%	23,9%	-10,9%	-1,9%	10,0%
Do Estado	1.034.169	988.186	1.180.755	1.218.085	-4,4%	14,2%	17,8%	19,5%	23,3%	3,2%	-7,5%	2,1%	-3,2%	10,3%	4,6%	-5,1%
Multigovernamentais	425.327	447.369	580.803	660.343	5,2%	36,6%	55,3%	29,8%	47,6%	13,7%	1,8%	22,0%	27,5%	19,8%	25,3%	4,5%
Deduções de Transferências	-363.392	-348.060	-432.367	-496.234	-4,2%	19,0%	36,6%	24,2%	42,6%	14,8%	-7,3%	6,4%	12,2%	14,7%	21,0%	5,5%
Governamentais Voluntárias	68.723	66.267	15.329	52.142	-3,6%	-77,7%	-24,1%	-76,9%	-21,3%	240,1%	-6,8%	-80,2%	-37,8%	-78,8%	-33,3%	214,1%
Da União	51.932	46.961	11.486	46.938	-9,6%	-77,9%	-9,6%	-75,5%	-0,1%	308,6%	-12,3%	-80,3%	-25,8%	-77,5%	-15,3%	275,9%
Do Estado	16.791	19.306	3.843	5.204	15,0%	-77,1%	-69,0%	-80,1%	-73,0%	35,4%	10,4%	-80,0%	-74,7%	-81,9%	-77,1%	26,6%
Privadas e do Exterior	4.077	3.750	4.951	9.226	-8,0%	21,4%	126,3%	32,0%	146,0%	86,3%	1,4%	20,9%	110,7%	19,2%	107,8%	74,3%
Outras Transferências	438	1.266	916	800	-	-	-	-27,6%	-36,8%	-12,6%	175,1%	85,3%	50,3%	-32,7%	-45,4%	-18,9%
Total (sem Intraorçamentária)	6.720.614	7.344.079	7.673.080	9.285.003	9,3%	14,2%	38,2%	4,5%	26,4%	21,0%	5,8%	2,0%	13,4%	-3,7%	7,2%	11,2%
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	7,4%	5,9%	14,6%	-1,5%	6,7%	8,2%	3,8%	-5,5%	-5,9%	-9,0%	-9,4%	-0,4%
Total (com Intraorçamentária)	7.051.014	7.699.003	8.022.825	9.663.548	9,2%	13,8%	37,1%	4,2%	25,5%	20,5%	5,8%	1,6%	12,5%	-3,9%	6,4%	10,7%

(*) Variação Mensal do IPCA/IBGE, a preços de novembro de 2022. - Fonte: SIGEF/BI/SEFAZ.

A Receita Total cresceu nominalmente 20,5% sobre o montante arrecadado em 2021, 25,5% sobre 2020 e 37,1% sobre 2019.

Em valores reais medidos pela variação mensal do IPCA/IBGE, o incremento da receita total em 2022 foi de 10,7% sobre 2021, 6,4% sobre 2020 e de 12,5% relativamente a 2019, configurando um novo cenário de crescimento relativamente ao exercício anterior, de 2021, quando a variação havia declinado 3,9% sobre 2020, devido ao descompasso entre o ritmo da melhora de arrecadação e o grande salto experimentado pela inflação, que acumulou 10,06% naquele ano, em cenário de retomada ainda não plena da economia da Cidade.

Observa-se, desta forma, que a superação das perdas na Receita Total em face da pandemia da Covid-19 foi

definitivamente consumada em 2022, com uma folga de 12,5% em termos reais sobre o último exercício pleno prévio a essa crise sanitária mundial – 2019.

As Receitas Próprias de Salvador, quais sejam as receitas arrecadadas diretamente pelo Município, exibiram em 2022 um crescimento nominal de 26,5% sobre o montante correspondente de 2021; 33,7% sobre 2020; e 36,5% sobre 2019. Em termos reais, essa variação foi de 16,3% sobre 2021; 13,3% sobre 2020; e 12,0% em relação a 2019. Como se vê, no que diz respeito às Receitas Próprias, as perdas motivadas pela pandemia foram mais que plenamente superadas em 2022, com um saldo de 12%, em termos reais, sobre 2019. Incluídas as Receitas Intraorçamentárias, que, intrinsecamente, fazem parte deste grupo de receitas, já que geradas internamente na própria administração municipal, as Receitas Próprias de Salvador somaram R\$ 5,450 bi em 2022, compondo 56,4% da Receita Total.

As Receitas de Transferências, quais sejam aquelas formadas predominantemente por valores arrecadados pelas outras duas instâncias federativas de governo (a União e o Estado da Bahia) e repassadas ao Município, sobretudo por impositivo constitucional, registraram em 2022 um montante total de R\$ 4.214 bilhões, distribuídos entre Transferências Governamentais Obrigatórias, que, computadas as deduções de transferências, somaram R\$ 4,152 bi, ou seja, 98,53% das transferências totais; Transferências Governamentais Voluntárias, que somaram R\$ 52 milhões, ou 1,23% das transferências totais; e Outras Transferências, que somaram R\$ 10 milhões, ou 0,24% das transferências totais. A evolução em termos reais das Receitas de Transferências registrou um crescimento de 14,6% em 2020 sobre 2019, seguido de uma queda de (-) 4,9% em 2021 sobre 2020 e um crescimento de 5,7% em 2022 sobre 2021, com o que o montante real dessa receita em 2022 superou em 15,2% o valor correspondente de 2019.

Pela relevância neste contexto, cabe registrar que os repasses federais para ajuda no combate à pandemia da Covid-19, que chegaram a R\$ 553 milhões em 2020, minguaram fortemente para R\$ 99 milhões em 2021 e marcaram apenas R\$ 9,2 milhões em 2022. Já no que tange ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foi expressivo o crescimento dos valores repassados em 2021 e 2022, em decorrência do significativo aumento da arrecadação dos impostos que constituem a base destes repasses pela União nesse período.

Autonomia Financeira

A relação entre as receitas próprias e as de transferência constitui um indicador direto da Autonomia Financeira, qual seja a capacidade de oxigenação financeira própria do Município, independente de transferências de recursos provenientes de outras esferas de governo.

Na forma exibida na Tabela 2, apesar das dificuldades inerentes a este período de pandemia e de recessão econômica, ainda assim, Salvador logrou manter suas Receitas Próprias, mesmo em 2020 e 2021, em patamar de valor superior ao das receitas de transferências, na saudável razão de 54% a 46%. O expressivo salto das Receitas Próprias em 2022 melhorou ainda mais esta relação – para 56,4% a 43,6% –, ampliando a Autonomia financeira de Salvador e, em consequência, livrando as finanças do Município da dependência majoritária dos repasses federais e estaduais e, como tal, transferindo-a para sua própria eficiência arrecadatória.

Tabela 2: Participação das Receitas Própria e de Transferências na Receita Total

Tipo de Receita	Valor				Percentual				Média Anual
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	
Receitas Próprias	4.045	4.148	4.360	5.450	57,4%	53,9%	54,3%	56,4%	56%
Receitas de Transferências	3.005	3.551	3.663	4.214	42,6%	46,1%	45,7%	43,6%	44%
Receita Total (incluídas as receitas intraorçamentárias)	7.051	7.699	8.023	9.664	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

Um outro aspecto a destacar nesta tabela é o reflexo do continuado zelo da Administração para com a Autonomia Financeira do Município, traduzido no fato de a média anual dos últimos 10 anos registrar a confortável situação majoritária das Receitas Próprias, com 56% das Receitas Totais, contra 44% das Receitas de Transferências. A propósito, há ainda que salientar o fato explicitado mais adiante neste Relatório de que Salvador obteve nota máxima no Indicador de Autonomia do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal em todos os últimos 10 exercícios fiscais desde 2013.

1.1.2 – Evolução da Receita Orçamentária: Corrente e de Capital

A Tabela 3 exibe as receitas orçamentárias do Município do Salvador segundo sua natureza econômica – Receita Corrente e Receita de Capital –, no período de 2019 a 2022.

Neste último exercício, as Receitas Correntes de Salvador somaram R\$ 8,813 bilhões, constituindo 91,2% da Receita Total de R\$ 9,664 bi. As Receitas de Capital chegaram a R\$ 472 milhões, formando 4,9% da Receita Total, e as Receitas Intraorçamentárias, a R\$ 379 milhões, compondo os restantes 3,9% da Receita Total.

Tabela 3: Receitas por Natureza Econômica: Correntes e de Capital

Componente da Receita	Valores Nominais em R\$ mil				Incremento Nominal						Incremento Real*					
	2019	2020	2021	2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2021/2020	2022/2020	2022/2021	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2021/2020	2022/2020	2022/2021
Receitas Correntes	6.265.298	6.711.008	7.237.216	8.812.994	7,1%	15,5%	40,7%	7,8%	31,3%	21,8%	3,7%	3,3%	15,5%	-0,5%	11,3%	11,8%
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	3.417.888	-1,2%	9,0%	29,0%	10,4%	30,6%	18,3%	-4,5%	-2,4%	5,9%	2,1%	10,8%	8,5%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	2.985.705	-1,1%	9,9%	28,7%	11,2%	30,2%	17,1%	-4,4%	-1,6%	5,7%	2,9%	10,6%	7,4%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	1.465.630	-6,1%	6,9%	27,1%	13,9%	35,4%	18,8%	-9,1%	-4,6%	4,3%	5,0%	14,8%	9,4%
IPTU	733.871	746.996	824.481	906.155	1,8%	12,3%	23,5%	10,4%	21,3%	9,9%	-1,8%	1,2%	1,5%	3,1%	3,3%	0,2%
ITIV	180.764	211.645	245.904	262.950	17,1%	36,0%	45,5%	16,2%	24,2%	6,9%	13,1%	21,5%	19,5%	7,5%	5,7%	-1,7%
IRRF	251.885	252.105	246.503	350.970	0,1%	-2,1%	39,3%	-2,2%	39,2%	42,4%	-3,1%	-12,6%	14,3%	-9,8%	17,9%	30,8%
Taxas	330.691	324.309	339.878	432.183	-1,9%	2,8%	30,7%	4,8%	33,3%	27,2%	-5,0%	-8,5%	7,3%	-3,7%	12,9%	17,2%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	445.484	12,3%	16,7%	28,5%	3,9%	14,5%	10,1%	8,6%	4,2%	5,5%	-4,0%	-2,8%	1,2%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	590.147	-45,4%	-13,9%	312,9%	57,8%	656,7%	379,4%	-47,1%	-24,0%	237,5%	43,6%	537,9%	344,4%
Receita de Serviços	23.919	12.857	35.919	4.276	-46,2%	50,2%	-82,1%	179,4%	-66,7%	-88,1%	-47,4%	35,4%	-85,3%	157,3%	-72,2%	-89,2%
Receita Industrial	52	13	72	12	-76,2%	36,6%	-77,2%	473,4%	-4,1%	-83,3%	-76,9%	15,5%	-81,5%	400,5%	-19,9%	-84,0%
Transferências Correntes	2.948.402	3.498.108	3.649.514	4.164.844	18,6%	23,8%	41,3%	4,3%	19,1%	14,1%	15,0%	10,7%	16,1%	-3,8%	0,9%	4,9%
Da União	1.694.269	2.240.501	2.310.612	2.769.207	32,2%	36,4%	63,4%	3,1%	23,6%	19,8%	26,4%	12,8%	24,2%	-10,7%	-1,7%	10,1%
Cota-parte do FPM	852.698	821.621	1.094.417	1.391.540	-3,6%	28,3%	63,2%	33,2%	69,4%	27,1%	-6,8%	14,7%	34,0%	23,0%	43,7%	16,8%
Recursos do SUS	727.028	994.431	943.912	986.906	36,8%	29,8%	35,7%	-5,1%	-0,8%	4,6%	32,7%	16,1%	11,5%	-12,6%	-16,0%	-3,9%
Convênios	251	-	702	-	-100%	180%	-	-	-	-	-	163%	-	-	-	-
Outras	114.292	424.450	271.580	390.761	271,4%	137,6%	241,9%	-36,0%	-7,9%	43,9%	121,0%	-3,1%	27,9%	-56,1%	-42,1%	32,0%
Dos Estados	1.050.960	1.007.492	1.184.598	1.222.029	-4,1%	12,7%	16,3%	17,6%	21,3%	3,2%	-7,2%	0,7%	-4,4%	8,5%	3,0%	-5,1%
Cota-parte do ICMS	792.574	737.145	897.361	905.342	-7,0%	13,2%	14,2%	21,7%	22,8%	0,9%	-10,0%	1,1%	-6,2%	12,3%	4,2%	-7,2%
Cota-parte do IPVA	231.823	242.242	245.040	292.381	4,5%	5,7%	26,1%	1,2%	20,7%	19,3%	1,5%	-5,1%	4,0%	-6,5%	2,5%	9,6%
Convênios	16.791	15.943	3.843	3.944	-5,1%	-77,1%	-76,5%	-75,9%	-75,3%	2,6%	-9,0%	-80%	-81%	-78%	-79%	-4%
Outras	9.772	12.161	38.355	20.362	24,4%	292,5%	108,4%	215,4%	67,4%	-46,9%	4,7%	39,6%	15,6%	33,3%	10,4%	-17,2%
Multigovernamentais	562.489	593.159	580.803	660.343	5,5%	3,3%	17,4%	-2,1%	11,3%	13,7%	1,8%	22,0%	27,5%	19,8%	25,3%	4,5%
Outras Transferências	4.077	5.016	5.867	9.500	23,0%	43,9%	133,0%	17,0%	89,4%	61,9%	20,4%	27,9%	93,4%	6,3%	60,7%	51,1%
Outras Receitas Correntes	153.087	115.413	134.102	190.342	-24,6%	-12,4%	24,3%	16,2%	64,9%	41,9%	-27,0%	-21,7%	1,9%	7,3%	39,7%	30,2%
Indenizações e Restituições	29.414	13.781	30.160	34.663	-53,1%	2,5%	17,8%	118,8%	151,5%	14,9%	-55,0%	-8,4%	-3,0%	103,6%	115,6%	5,9%
Dívida Ativa	8.741	9.556	5.035	6.203	9,3%	-42,4%	-29,0%	-47,3%	-35,1%	23,2%	6,2%	-48,2%	-41,5%	-51,3%	-44,9%	13,1%
Multas e Juros	1.112	221	366	112	-80,2%	-67,0%	-89,9%	66,2%	-49,3%	-69,5%	-84,6%	-79,1%	-91,3%	35,6%	-43,2%	-58,1%
Receitas Diversas	113.820	91.856	98.540	146.992	-19,3%	-13,4%	29,1%	7,3%	60,0%	49,2%	-21,8%	-22,6%	5,7%	-1,0%	35,1%	36,5%
Deduções da Receita Corrente	-363.392	-348.060	-432.367	-496.234	-4,2%	19,0%	36,6%	24,2%	42,6%	14,8%	-7,3%	6,4%	12,2%	14,7%	21,0%	5,5%
Receitas de Capital	454.878	633.071	435.864	472.009	39,2%	-4,2%	3,8%	-31,2%	-25,4%	8,3%	35,1%	-15,9%	-14,9%	-37,8%	-37,0%	1,2%
Transferências de Capital	56.804	52.508	13.223	49.069	-7,6%	-76,7%	-13,6%	-74,8%	-6,5%	271,1%	-10,6%	-79,3%	-29,1%	-76,9%	-20,7%	242,7%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	356.615	37,9%	15,8%	3,5%	-16,0%	-24,9%	-10,6%	34,5%	1,5%	-15,0%	-24,6%	-36,8%	-16,3%
Alienação de Bens	53.491	6.000	2.118	6.285	-88,8%	-96,0%	-88,3%	-64,7%	4,7%	196,8%	-89,1%	-96,6%	-90,4%	-68,4%	-11,3%	180,6%
Outras Receitas de Capital	-	99.403	21.449	60.040	-	-	-	-78%	-40%	180%	-	-	-	-79%	-48%	152%
Total (sem Intraorçamentária)	6.720.176	7.344.079	7.673.080	9.285.003	9,3%	14,2%	38,2%	4,5%	26,4%	21,0%	5,8%	2,0%	13,4%	-3,7%	7,2%	11,2%
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	7,4%	5,9%	14,6%	-1,5%	6,7%	8,2%	3,8%	-5,5%	-5,9%	-9,0%	-9,4%	-0,4%
Total (com Intraorçamentária)	7.050.576	7.699.003	8.022.825	9.663.548	9,2%	13,8%	37,1%	4,2%	25,5%	20,5%	5,8%	1,6%	12,5%	-3,9%	6,4%	10,7%

(*) Variação Mensal do IPCA/IBGE, a preços de Novembro de 2022. FONTE: BI/SEFAZ.

As Receitas Correntes de 2022 cresceram 21,8% sobre 2021, 31,3% sobre 2020 e 40,7% sobre 2019 em valores nominais, ou, em termos reais, 11,8% sobre 2021, 11,3% sobre 2020 e 15,5% sobre 2019. Previamente a 2022, essas receitas já tinham avançado nominalmente 7,8% em 2021 sobre 2020 e 7,1% em 2020 sobre 2019, apesar da pandemia, o que, em termos reais, significou um crescimento de 3,7% em 2020 sobre 2019 e uma queda de (-) 0,5% em 2021 sobre 2020, restando configurada uma evolução positiva acentuada, muito bem expressa no crescimento real acumulado de 15,5% registrado em 2022 sobre 2019. A leve queda real experimentada em 2021 refletiu o já mencionado descompasso dos ritmos da inflação e da retomada da economia local, que ainda se ressentiu dos efeitos da pandemia, naquele exercício.

Sobressaem entre as Receitas Correntes as Receitas Tributárias, que somaram R\$ 3,418 bi em 2022, crescendo nominalmente 18,3% sobre os valores de 2021 e 30,6% sobre os de 2020, o que representa acréscimos reais de 8,5%

e 10,8%, respectivamente. Relativamente a 2019, último exercício pleno prévio à pandemia, as Receitas Tributárias de 2022 superaram mais do que plenamente a perda de 4,5% incorrida em 2020, construindo um avanço na casa de 5,9% em termos reais.

Desdobrando as Receitas Tributárias para o nível dos tributos, observa-se que o seu principal componente, com participação de 42,9%, foi o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que somou R\$ 1,466 bi em 2022, crescendo 18,8% nominais (9,4% em valores reais) sobre o montante de 2021. Este desempenho implicou na plena superação da expressiva perda de 2020 (-9,1%, em termos reais), ultrapassando em 4,3%, em valores reais, o montante arrecadado em 2019.

O segundo maior componente das Receitas Tributárias, com participação de 26,5%, foi o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que somou R\$ 906 milhões em 2022, crescendo 9,9% nominais, o que representa um aumento real de 0,2%, sobre 2021, uma taxa evidentemente reduzida, mas não surpreendente, de crescimento, dada a sistemática limitação do reajuste anual desse imposto à variação do IPCA/IBGE nos últimos anos. A recuperação da perda real de -1,8% em 2020 sobre 2019 ocorreu em 2021, quando a arrecadação de IPTU cresceu 3,1% reais sobre 2020 e 1,2% sobre 2019.

O terceiro maior componente das Receitas Tributárias, com participação de 12,6%, foram as Taxas Municipais, que somaram R\$ 432 milhões em 2022, crescendo nominalmente 27,2%, ou seja, 17,2% em termos reais, sobre 2021, com isto recuperando as perdas reais de 2020 (-5%) e 2021 (-3,7%), com uma folga de mais de 7% em valores reais.

O quarto item das Receitas Tributárias em ordem de montante arrecadado, com uma participação de 10,3%, foi o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que alcançou R\$ 351 milhões em 2022, após um salto nominal de 42,4% (30,8% em valores reais) sobre 2021 em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) nº 1293453, reconhecendo como pertencente ao município os valores de imposto de renda retidos na fonte dos contratos de prestação de serviços por ele firmados com pessoas físicas e jurídicas.

Por fim, registra-se o Imposto sobre a Transmissão 'Inter Vivos' de Bens Imóveis (ITIV). Com R\$ 263 milhões arrecadados e 7,7% de participação nas Receitas Tributárias em 2022, este imposto registrou um crescimento nominal de 6,9%, o que consiste numa queda de 1,7% em valores reais, sobre 2021, esta pequena queda refletindo as recentes medidas do Superior Tribunal de Justiça que modificaram a base de cálculo deste imposto.

Um outro recorte das Receitas Correntes é o que as aborda pelo ângulo das chamadas Receitas Correntes Próprias, constituídas pela soma das receitas tributárias, patrimoniais, de serviço e industriais, bem como das contribuições e multas e juros, todas diretamente dependentes do nível de dinamização da economia local. Este conjunto de receitas atingiu o montante de R\$ 4,646 em 2022. Após terem sofrido uma redução de 6,3% em valores reais em 2020 sobre 2019, em função da pandemia, e de terem se recuperado parcialmente em 2021 (mais 3,2% em 2021 sobre 2020, também em valores reais), estas receitas superaram tais perdas em 2022 com folga na casa de 15% em termos reais sobre 2019, num indiscutível testemunho dos bons níveis da eficiência fiscal do Município e da ativação econômica local em 2022.

No grupo das Transferências Correntes soma-se uma receita total de R\$ 4,165 bi em 2022, com um crescimento nominal de 14,1%, ou 4,9% em termos reais, sobre 2021. As principais receitas de transferências correntes em 2022 foram:

i. a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, da União, que somou R\$ 1,392 bi, tendo crescido 27,1% nominais (equivalente a 16,8% em valores reais) sobre 2021, ano em que se estabeleceu um novo patamar nestes repasses, após o crescimento nominal de 33,2%, ou 23,0% reais, sobre o montante repassado em 2020 a título de FPM, fruto predominantemente do salto da arrecadação pela União dos impostos que compõem a base desta transferência constitucional;

ii. os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), que somaram R\$ 987 milhões, crescendo 4,6% nominais, ou seja, caindo 3,9% em termos reais, sobre 2021, após uma queda de 5,1% nominais, ou (-)12,6% reais, já verificada em 2021 sobre 2020, cabendo salientar que, apesar destas duas quedas seguidas, os montantes reais de 2022 ainda assim estiveram 11,5% acima dos de 2019, por causa dos 32,7% de aumento real desses repasses em 2020;

iii. a cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que somou R\$ 905 milhões, crescendo nominalmente meros 0,9%, ou seja, sofrendo uma redução de 7,2% em termos reais, sobre 2021, fruto das medidas de redução de alíquotas sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo impostas pela Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022. Com este desempenho, os valores reais da cota-parte do ICMS de 2019, os quais haviam sido ultrapassados em 1,1% reais em 2021, encontram-se agora 6,2% aquém de sua plena superação da perda nominal de 10%, também em termos reais, registrada em 2020;

iv. a cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que somou R\$ 292 milhões, crescendo 19,3% nominalmente, ou seja, 9,6% em termos reais, sobre 2021. Com isto, a queda real de 6,5% verificada na arrecadação do IPVA em 2021 sobre 2020 foi plenamente superada em 2022, com uma folga de 2,5%; e, por fim,

v. mais para fins de registro do que pela relevância financeira atual, os declinantes Repasses da União para Combate à Pandemia da Covid-19, que, na forma já registrada acima, somaram os valores consignados na tabela 3A, a seguir:

Tabela 3A: Repasses da União para Combate à Pandemia da Covid-19

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19			
Discriminação	2020	2021	2022
Transferências SUS Federal	201.117	99.319	9.220
Lei Aldir Blanc - Apoio à Cultura	18.722	0	0
Apoio Financeiro ao Município - Recomposição FPM (MP 938/2020)	57.039	0	0
Apoio Financeiro ao Município - LC 173/2020	218.273	0	0
Apoio Financeiro ao Município - Para Combate ao COVID 19- LC 173/2020	41.575	0	0
Transferência do FNAS - SUAS - COVID 19	16.592	0	0
TOTAL	553.317	99.319	9.220

Valores Nominais em R\$ mil.

As Receitas de Capital somaram R\$ 472 milhões em 2022, apresentando um crescimento nominal de 8,3%, ou seja, um aumento de 1,2% em termos reais, sobre o montante de 2021. As receitas de Operações de Crédito responderam

por R\$ 357 milhões, ou 75,6% do total das Receitas de Capital de 2022; as chamadas Outras Receitas de Capital, que incluem as receitas de depósitos judiciais, por R\$ 60 mi, ou 12,7% do total; as receitas de alienação de bens, por R\$ 6 mi, ou 1,3% do total; e as receitas de Transferências de Capital, por R\$ 49 mi, ou 10,4% do total.

1.1.3 – Comparativo das Receitas com as Demais Capitais

Neste capítulo as receitas de Salvador são examinadas de forma comparativa com as outras capitais do Nordeste e do país tanto no que concerne aos seus montantes absolutos quanto no que tange aos seus valores per capita.

Como mostra a Tabela 4, que exhibe a evolução relativa dos Montantes das Receitas, em 2022 Salvador foi a 1ª capital da Região Nordeste nas receitas de arrecadação direta (Receita Própria, Receita Tributária e receitas de ISS e de IPTU), além da Receita de Capital; e foi a 2ª, atrás de Fortaleza, em Receita Total, Receita Corrente e Transferências Correntes.

Tabela 4: Montante da Receita – Comparativo das Capitais

RECEITAS DE SALVADOR NOS CENÁRIOS DAS CAPITAIS DO NORDESTE E DO BRASIL																							
TIPO DA RECEITA	MONTANTES DE SALVADOR*					RANKING NO NORDESTE								RANKING NO BRASIL									
	2012	2019	2020	2021	2022	Valor					Crescimento			Valor				Crescimento					
						2012	2019	2020	2021	2022	2022/2012	2022/2019	2022/2020	2022/2021	2012	2019	2020	2021	2022	2022/2012	2022/2019	2022/2020	2022/2021
Receita Total	3.836	7.051	7.699	8.023	9.664	2º	2º	2º	2º	2º	2º	4º	5º	5º	7º	6º	7º	7º	10º	15º	13º	10º	
Receita Corrente	3.805	6.596	7.066	7.587	9.192	2º	2º	2º	2º	2º	2º	3º	3º	4º	7º	7º	7º	7º	12º	16º	12º	9º	
Receita Própria	1.984	4.045	4.148	4.360	5.450	2º	2º	1º	1º	1º	5º	5º	7º	5º	7º	7º	6º	6º	12º	17º	19º	11º	
Receita Tributária	1.423	2.650	2.617	2.890	3.418	1º	1º	1º	1º	1º	7º	6º	6º	4º	5º	5º	6º	5º	20º	21º	20º	12º	
ISS	691	1.153	1.082	1.233	1.466	1º	1º	1º	1º	1º	7º	7º	7º	4º	5º	5º	5º	5º	21º	23º	22º	14º	
IPTU	300	734	747	824	906	1º	1º	1º	1º	1º	6º	6º	8º	5º	7º	5º	5º	7º	6º	14º	16º	19º	13º
Transferências Correntes	1.824	2.948	3.498	3.650	4.165	2º	2º	2º	2º	2º	3º	1º	6º	4º	7º	7º	7º	6º	11º	8º	13º	10º	
Receita de Capital	31	455	633	436	472	7º	2º	1º	2º	1º	1º	6º	6º	7º	21º	4º	3º	4º	3º	1º	13º	14º	16º

(*) Valores Nominais em R\$ milhão. Fonte: SICONFI/STN.

Outro elemento de notável expressão nesta tabela é a ausência de qualquer queda nas posições de Salvador em relação às outras capitais da região Nordeste entre 2012 e 2022. Ao contrário, o que se observa nesse período, mesmo nas fases mais severas da pandemia da Covid-19, é a manutenção da posição ocupada em 2012 ou o avanço de Salvador da 2ª para a 1ª colocação na Receita Própria e da 7ª para a 1ª posição na Receita de Capital.

No que diz respeito ao crescimento de receita nesse período, o principal destaque é o fato de que Salvador foi a capital que mais cresceu em Receitas de Capital no país. No âmbito da Região Nordeste, Salvador exibiu o segundo maior crescimento entre as capitais, atrás de Teresina, em Receita Total e Receita Corrente, o 3º em Transferências Correntes, o 5º em Receita Própria, o 6º em arrecadação de IPTU e o 7º em Receita Tributária e na arrecadação de ISS. Relativamente a 2020, Salvador apresentou em 2022 o 3º maior crescimento regional em Receita Corrente, o 5º em Receita Total, o 6º em Receita Tributária, Transferências Correntes e Receita de Capital, o 7º em Receita Própria e em arrecadação de ISS e o 8º em arrecadação de IPTU.

No cenário nacional, a capital baiana manteve em 2022, relativamente a 2012, a 7ª posição que ocupava no tamanho da Receita Total e da Receita Corrente e a 5ª colocação na Receita Tributária e na arrecadação de ISS. Neste mesmo período, subiu do 7º para o 6º lugar na Receita Própria, nas Transferências Correntes e na arrecadação de IPTU e do 21º para o 3º lugar em Receita de Capital. Comparado com o posicionamento em 2021, Salvador manteve a 7ª colocação na Receita Total e na Receita Corrente, a 6ª na Receita Própria e a 5ª posição na arrecadação de ISS, mas subiu do 7º para o 6º lugar nas Transferências Correntes e na arrecadação de IPTU, do 6º para o 5º na Receita Tributária

e do 4º para o 3º na Receita de Capital.

Nas taxas de crescimento entre 2012 e 2022 neste cenário nacional, Salvador, apesar de ter sido a 1ª capital brasileira em Receita de Capital, foi a 10ª em Receita Total, a 11ª em Transferências Correntes, a 12ª em Receita Corrente e Receita Própria, a 14ª em arrecadação de IPTU, a 20ª em Receita Tributária e a 21ª em Arrecadação de ISS. Relativamente a 2020, os melhores crescimentos de Salvador no âmbito nacional foram o 12º lugar em Receita Corrente, o 13º em Receita Total e em Transferências Correntes, o 14º em Receita de Capital, o 19º em Receita Própria e arrecadação de IPTU, o 20º em Receita Tributária e o 22º em arrecadação de ISS.

No que concerne às **Receitas Per Capita**, impõe-se, preliminarmente, tratar, ainda que de forma breve, o fato novo representado pelos resultados do Censo Demográfico de 2022, publicados pelo IBGE em 28 de junho de 2023. Com efeito, o país inteiro foi tomado de surpresa com esses resultados. Afinal, a população oficial do Brasil em 2022 anunciada naquele dia – 203.062.512 habitantes - foi mais que 10 milhões de pessoas menor do que a população publicada pelo mesmo IBGE para o ano anterior (2021), estimada em 213.317.639 residentes, configurando uma queda populacional de -4,8%, ainda que, em relação à população medida no Censo de 2010 (190.732.694 pessoas), a nova população tenha sido 12,3 milhões de habitantes, ou 6,5%, superior.

No caso de Salvador a situação foi muito mais marcante. A população oficial da Cidade anunciada para 2022 (2.418.005 habitantes) ficou 482.314 habitantes, ou 16,6%, abaixo da população estimada pelo IBGE para o ano anterior (2021); ela também revelou-se 257.651 habitantes, ou 9,6%, menor do que a população medida pelo Censo Demográfico de 2010; e, espantosamente, ela caiu 25.102 habitantes, ou seja 1,03%, em relação à população de 22 anos atrás, medida pelo Censo Demográfico de 2000 (2.443.107 habitantes).

De fato, a perda da população oficial de Salvador em 2022 foi de longe a maior entre todas as capitais tanto em contingente populacional – a segunda maior queda foi a do Rio de Janeiro, com 109.023 habitantes, contra os citados 257.651 de Salvador relativamente ao Censo de 2010 -, quanto em percentual, em que a segunda maior queda foi a de Natal, com -6,52%, contra os -9,6% de Salvador na mesma comparação. Salvador era a 3ª mais populosa capital do país e a 1ª do Nordeste até 2021, mas agora perdeu ambos esses postos para Fortaleza, tornando-se a 4ª do país e a 2ª da Região.

A Tabela 5, a seguir, exhibe os **valores de receita per capita** de Salvador em 2012 e no período de 2019 a 2022. Em decorrência natural da evolução populacional declinante formalizada pelo último Censo Demográfico, Salvador terminou por subir algumas posições em seus rankings de receita per capita.

Veja-se, por exemplo, que, frente aos exercícios anteriores, a Receita Total per capita e a Receita Própria per capita de Salvador em 2022 subiram, no âmbito do Nordeste, duas colocações, da 9ª para 7ª no primeiro caso e da 6ª para a 4ª no segundo, e a Receita Corrente per capita e a Receita Tributária per capita ascenderam um posto, do 9º para o 8º a primeira e do 4º para o 3º a segunda. Já a Receita de Capital per capita, as Transferências Correntes per capita e as arrecadações de ISS e de IPTU per capita mantiveram as mesmas posições relativas de 2021, quais sejam a 2ª, a 9ª, a 5ª e a 3ª colocações, respectivamente.

No âmbito nacional, a Receita Total per capita de Salvador subiu da 25ª para a 21ª posição entre 2021 e 2022, e a Receita Corrente per capita, da 25ª para a 22ª colocação. A Receita Própria per capita, a Receita Tributária per capita e a arrecadação de ISS per capita subiram todas uma posição, a primeira da 17ª para a 16ª, a segunda da 15ª para a

14ª, a última da 16ª para a 15ª. A arrecadação do IPTU per capita e as Transferências per capita mantiveram a 12ª e a 26ª posições, respectivamente.

Tabela 5: Receita Per Capita – Comparativo das Capitais

RECEITAS PER CAPITA DE SALVADOR NOS CENÁRIOS DAS CAPITAIS DO NORDESTE E DO BRASIL																								
TIPO DA RECEITA PER CAPITA	VALORES PER CAPITA DE SALVADOR*					RANKING NO NORDESTE								RANKING NO BRASIL										
	2012	2019	2020	2021	2022	Valor					Crescimento			Valor					Crescimento					
						2012	2019	2020	2021	2022	2022/2012	2022/2019	2022/2020	2022/2021	2012	2019	2020	2021	2022	2022/2012	2022/2019	2022/2020	2022/2021	
Receita Total Per Capita	1.414,92	2.454,64	2.667,06	2.766,19	3.996,50	9º	9º	9º	9º	7º	1º	1º	1º	1º	25º	24º	24º	25º	21º	3º	4º	4º	3º	
Receita Corrente Per Capita	1.403,51	2.296,27	2.447,76	2.615,91	3.801,29	9º	9º	9º	9º	8º	1º	1º	1º	1º	24º	24º	24º	25º	22º	4º	4º	4º	2º	
Receita Própria Per Capita	731,73	1.408,38	1.437,07	1.503,31	2.253,77	4º	6º	3º	6º	4º	2º	2º	3º	1º	16º	18º	15º	17º	16º	4º	7º	8º	3º	
Receita Tributária Per Capita	524,91	922,70	906,72	996,42	1.413,52	3º	3º	3º	4º	3º	5º	2º	1º	1º	14º	14º	14º	15º	14º	13º	7º	4º	4º	
ISS Per Capita	254,91	401,45	374,95	425,19	606,13	4º	5º	5º	5º	5º	5º	3º	2º	1º	15º	15º	16º	16º	15º	12º	16º	7º	4º	
IPTU Per Capita	110,74	255,50	258,77	284,27	374,75	3º	3º	3º	3º	3º	4º	3º	5º	2º	13º	13º	12º	12º	12º	9º	7º	9º	6º	
Transferências Correntes Per Capita	672,91	1.026,48	1.211,80	1.258,31	1.722,43	9º	9º	9º	9º	9º	1º	1º	1º	1º	26º	26º	26º	26º	26º	5º	3º	4º	1º	
Receita de Capital Per Capita	11,40	158,36	219,31	150,28	195,21	8º	3º	2º	2º	2º	1º	6º	5º	6º	25º	9º	8º	7º	8º	1º	13º	12º	12º	

(*) Valores Nominais em R\$ 1,00. Fonte: SICONFI/STN, IBGE.

Como era de se esperar, a queda da população em 2022 refletiu-se também nos rankings de crescimento, elevando Salvador para posições de destaque em ambos os cenários regional e nacional.

ISS E IPTU

No âmbito dessas avaliações comparativas entre as capitais brasileiras, abre-se aqui um recorte específico sobre os dois maiores itens das receitas de arrecadação direta do Município, quais sejam o ISS e o IPTU.

Ao longo de todo o período entre 2012 e 2022, Salvador foi a capital que exibiu o maior montante arrecadado de ISS no Nordeste e o 5º maior no país. O crescimento real do montante arrecadado deste imposto em 2022 sobre 2021 foi de 12%, sendo esta a 4ª maior taxa de crescimento entre as nove capitais nordestinas e a 14ª entre as 26 capitais brasileiras.

No que diz respeito à arrecadação de ISS per capita, Salvador ocupa a 5ª posição entre as capitais do Nordeste e a 15ª entre as capitais brasileiras. O crescimento real do ISS per capita entre 2022 e 2021 foi de 35%, o maior no Nordeste e o 4º no país.

No que concerne ao IPTU, Salvador manteve-se em 2022 na 1ª posição entre as capitais nordestinas e ocupou a 6ª posição entre as capitais brasileiras no montante arrecadado. Convém lembrar que desde 2015 o reajuste geral do IPTU em Salvador tem-se limitado à variação do IPCA/IBGE.

No plano do IPTU per capita, Salvador manteve em 2022 a 3ª colocação no Nordeste e a 12ª no cenário nacional das capitais.

No período entre 2013 e 2022, o IPTU de Salvador exibiu apenas a 6ª maior taxa de crescimento entre as nove capitais do Nordeste, e a 14ª entre as capitais brasileiras, demonstrando, com isto, o vazio das abordagens retóricas que tentam sugerir um ônus maior deste imposto sobre o contribuinte soteropolitano relativamente a seus conterrâneos da maior parte das capitais nordestinas e brasileiras.

Por oportuno, impõe-se registrar o fato de que, dos 886 mil imóveis do cadastro imobiliário do Município do Salvador

em 2022, 262 mil imóveis residenciais de valor venal inferior a R\$ 118.998,54 estiveram isentos do pagamento do IPTU e da TRSD.

1.2 – Despesa Municipal

1.2.1 – Evolução da Despesa

Desde 2013, a execução das despesas pelo Município tem sido submetida, de forma permanente e sistemática, aos propósitos maiores da busca permanente pelo equilíbrio, regra de ouro da gestão fiscal municipal, e da melhoria da capacidade de geração de resultados financeiros visando a conferir a Salvador autonomia para realizar os investimentos demandados por sua população, independentemente de repasses voluntários da União ou do Estado da Bahia.

Igualmente, foi objeto do mais absoluto respeito o cumprimento integral e tempestivo de todos os compromissos assumidos pelo Município com seus servidores e fornecedores.

A Tabela 6 exhibe as despesas empenhadas nos exercícios de 2019 a 2022. Como se vê, a Despesa Total registrou um montante de R\$ 9,116 bilhões em 2022, as Despesas Correntes somaram R\$ 7,487 bi, as Despesas de Capital, R\$ 1,251 bi e as Despesas Intraorçamentárias, R\$ 379 milhões.

A Despesa Total cresceu 19,0% nominais, ou seja, 8,1% a preços constantes, relativamente a 2021, ano em que ela havia registrado uma queda nominal de 0,1%, o que significou uma redução de 6,6% em valores reais, sobre o exercício anterior (2020).

Tabela 6: Evolução Anual da Despesa

Componente da Despesa	Valor Nominal (em R\$ mil)				Incremento Nominal						Incremento Real*					
	2019	2020	2021	2022	2020/ 2019	2021/ 2019	2022/ 2019	2021/ 2020	2022/ 2020	2022/ 2021	2020/ 2019	2021/ 2019	2022/ 2019	2021/ 2020	2022/ 2020	2022/ 2021
Despesa Corrente	5.841.130	6.364.792	6.633.541	7.486.907	9,0%	13,6%	28,2%	4,2%	17,6%	12,9%	5,6%	2,9%	5,6%	-2,5%	0,0%	2,6%
Gastos com Pessoal	2.625.190	2.689.970	2.676.280	2.863.229	2,5%	1,9%	9,1%	-0,5%	6,4%	7,0%	-0,7%	-6,2%	-10,0%	-5,6%	-9,3%	-4,0%
Juros e Encargos da Dívida	32.432	24.964	54.098	87.627	-23,0%	66,8%	170,2%	116,7%	251,0%	62,0%	-25,0%	48,6%	121,5%	98,0%	195,2%	49,1%
Outras Despesas Correntes	3.183.508	3.649.859	3.903.163	4.536.050	14,6%	22,6%	42,5%	6,9%	24,3%	16,2%	11,1%	10,1%	17,2%	-0,9%	5,5%	6,5%
Despesa de Capital	802.133	946.328	678.471	1.250.901	18,0%	-15,4%	55,9%	-28,3%	32,2%	84,4%	14,1%	-24,9%	27,6%	-34,2%	11,9%	70,0%
Investimentos	658.733	735.928	500.683	1.076.240	11,7%	-24,0%	63,4%	-32,0%	46,2%	115,0%	8,6%	-33,0%	33,7%	-38,3%	23,2%	99,4%
Amortização da Dívida	143.400	153.900	118.239	69.369	7,3%	-17,5%	-51,6%	-23,2%	-54,9%	-41,3%	1,9%	-25,9%	-60,3%	-27,3%	-61,1%	-46,4%
Inversões Financeiras	-	56.500	59.550	105.293	-	-	-	5,4%	86,4%	76,8%	-	-	-	0,9%	59,3%	57,9%
Despesa Total (Exceto Intraorçamentária)	6.643.263	7.311.120	7.312.012	8.737.808	10,1%	10,1%	31,5%	0,0%	19,5%	19,5%	6,6%	-0,4%	8,2%	-6,6%	1,5%	8,7%
Despesa Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	7,4%	5,9%	14,6%	-1,5%	6,7%	8,2%	3,8%	-2,4%	-5,4%	-6,0%	-8,9%	-3,1%
Despesa Total (Com Intraorçamentária)	6.973.663	7.666.044	7.661.757	9.116.354	9,9%	9,9%	30,7%	-0,1%	18,9%	19,0%	6,5%	-0,5%	7,6%	-6,6%	1,0%	8,1%

(*) Variação Mensal do IPCA/IBGE a preços de novembro de 2022. - Fonte: SGE/SIGEF/SEFAZ

As Despesas Correntes, por seu lado, que, como visto, chegaram a R\$ 7,487 bi em 2022, exibiram crescimento nominal de 12,9% nominais, o que equivale a um aumento real de 2,6%, sobre 2021. Um aspecto importante a ser observado no comportamento das despesas total e corrente nesse período é sua contenção em 2021, após o expressivo crescimento imposto pela pandemia em 2020, com subsequente retomada em 2022, com ênfase nos investimentos.

Dos três grandes grupos em que se subdividem as despesas correntes municipais, o de maior magnitude financeira é o das chamadas Outras Despesas Correntes, que incluem gastos com contratação de serviços e com aquisição de material de consumo. Em 2022 essas despesas chegaram a R\$ 4,536 bi, perfazendo 60,6% das Despesas Correntes e registrando um crescimento nominal de 16,2%, ou 6,5%, em valores reais, sobre 2021.

Cabe aqui um recorte especial sobre as despesas correntes voltadas para o combate à Pandemia da Covid-19, já que elas fazem parte deste grupo de despesas. Como se vê na tabela 6A, a seguir, as despesas empenhadas com esta finalidade somaram R\$ 617 milhões em 2020, R\$ 696 milhões em 2021 e, apesar de caírem para pouco menos da metade, ainda assim consumiram a relevante quantia de R\$ 322 milhões em 2022.

Tabela 6A: Despesas com o Combate à Pandemia da Covid-19

GASTOS COM A PANDEMIA DA COVID-19			
UNIDADE GESTORA	2020	2021	2022
Fundo Municipal de Saúde (FMS)	235	285	63
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	81	65	25
Fundo Municipal de Educação (FME)	107	82	3
Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMMU)	97	158	105
Outras Despesas com a Covid-19	97	106	126
TOTAL	617	696	322

Despesa Empenhada. Valores nominais em R\$ milhão. FONTE: SIGEF/SEFAZ

Em contraposição, como visto na Tabela 3A acima, os repasses da União para aplicação em ações de combate à pandemia da Covid-19 somaram R\$ 553 milhões em 2020, R\$ 99 milhões em 2021 e meros R\$ 9 milhões em 2022, do que resulta um gigantesco deficit nominal acumulado de nada menos que R\$ 974 milhões no período, integralmente coberto com recursos próprios da poupança municipal.

O segundo grupo mais expressivo das despesas municipais – os Gastos com Pessoal – somou R\$ 2,863 bilhões em 2022, constituindo 38,2% das despesas correntes e crescendo 7,0% nominais, o que representa uma queda de -4,0% em termos reais, sobre o montante despendido em 2021.

O último grupo das Despesas Correntes, quais sejam os gastos com Juros e Encargos da Dívida, somou R\$ 88 milhões em 2022, representando 1,2% das Despesas Correntes e crescendo 62% nominais (49% reais) sobre 2021.

Como se nota, os gastos com Serviços e com Pessoal responderam, somados, por 98,8% das Despesas Correntes do Município em 2022.

As Despesas de Capital alcançaram R\$ 1,253 bilhão em 2022. Os investimentos somaram R\$ 1,076 bi, os gastos com amortização da dívida, R\$ 71 mi e as inversões financeiras, R\$ 105 mi. Como se vê no item dedicado aos investimentos, mais à frente neste relatório, 2022 é o ano do recorde histórico dos investimentos no Município do Salvador.

1.2.2 – Despesa por Função

Um outro modo de se examinarem as despesas é aquele que aborda a destinação dos recursos pelas diversas áreas de sua aplicação, por meio dos chamados demonstrativos de Despesas por Função, na forma exibida na tabela 6A, a seguir.

Tabela 6B: Despesas por Função

FUNÇÃO	2019		2020		2021		2022		Variação Nominal					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2020/	2021/	2021/	2022/	2022/	2022/
									2019	2019	2020	2019	2020	2021
Saúde	1.633	23,4%	1.936	25,2%	2.175	28,4%	2.169	23,8%	18,5%	33,1%	12,4%	32,8%	12,0%	-0,3%
Educação	1.417	20,3%	1.441	18,8%	1.525	19,9%	1.887	20,7%	1,7%	7,6%	5,8%	33,2%	31,0%	23,8%
Urbanismo	1.452	20,8%	1.649	21,5%	1.407	18,4%	1.871	20,5%	13,6%	-3,1%	-14,6%	28,9%	13,5%	32,9%
Previdência Social	576	8,3%	573	7,5%	557	7,3%	578	6,3%	-0,5%	-3,2%	-2,6%	0,3%	0,9%	3,6%
Administração	432	6,2%	445	5,8%	437	5,7%	465	5,1%	2,8%	1,0%	-1,7%	7,4%	4,5%	6,3%
Encargos Especiais	264	3,8%	292	3,8%	302	3,9%	334	3,7%	10,8%	14,5%	3,4%	26,6%	14,3%	10,5%
Transporte	118	1,7%	294	3,8%	260	3,4%	353	3,9%	148,7%	119,8%	-11,6%	198,9%	20,2%	36,0%
Assistência Social	169	2,4%	245	3,2%	245	3,2%	266	2,9%	45,1%	44,8%	-0,2%	57,4%	8,4%	8,7%
Legislativa	190	2,7%	200	2,6%	199	2,6%	228	2,5%	5,4%	4,9%	-0,5%	20,3%	14,2%	14,8%
Comércio e Serviços	293	4,2%	194	2,5%	143	1,9%	225	2,5%	-33,6%	-51,2%	-26,6%	-23,1%	15,8%	57,8%
Comunicações	107	1,5%	75	1,0%	96	1,3%	120	1,3%	-29,8%	-10,0%	28,2%	12,1%	59,6%	24,5%
Segurança Pública	87	1,2%	88	1,2%	89	1,2%	103	1,1%	1,4%	1,9%	0,6%	18,6%	17,0%	16,3%
Judiciária	57	0,8%	58	0,8%	59	0,8%	68	0,7%	2,1%	2,7%	0,7%	19,1%	16,7%	15,9%
Habitação	54	0,8%	50	0,6%	55	0,7%	90	1,0%	-7,9%	1,7%	10,4%	67,4%	81,8%	64,6%
Gestão Ambiental	32	0,5%	31	0,4%	24	0,3%	31	0,3%	-2,8%	-23,9%	-21,7%	-2,9%	-0,2%	27,6%
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	18	0,2%	136	1,5%	-	-	-	-	-	676,2%
Direitos da Cidadania	17	0,2%	17	0,2%	17	0,2%	34	0,4%	4,5%	-0,4%	-4,7%	104,7%	95,9%	105,6%
Indústria	28	0,4%	19	0,3%	16	0,2%	19	0,2%	-30,3%	-41,6%	-16,2%	-32,8%	-3,6%	15,0%
Trabalho	20	0,3%	14	0,2%	16	0,2%	41	0,4%	-28,2%	-20,0%	11,4%	106,6%	187,7%	158,3%
Cultura	15	0,2%	28	0,4%	12	0,2%	29	0,3%	87,4%	-21,5%	-58,1%	95,3%	4,2%	148,8%
Desporto e Lazer	13	0,2%	16	0,2%	11	0,1%	37	0,4%	22,6%	-18,2%	-33,2%	181,8%	130,0%	244,5%
Saneamento	-	-	-	-	-	-	32	0,4%	-	-	-	-	-	-
DESPESA TOTAL	6.974	100,0%	7.666	100,0%	7.662	100,0%	9.116	100,0%	9,9%	9,9%	-0,1%	30,7%	18,9%	19,0%

Despesas empenhadas. FONTE: RREO/SICONFI/STN. Valores em R\$ milhão.

Segundo se nota nesta tabela, Saúde, Educação e Urbanismo são as funções que somam, de longe, as maiores despesas totais do Município, constituindo, em conjunto, quase dois terços das mesmas. Elas são seguidas, num segundo patamar, pelos gastos com as funções Previdência Social, Administração e Encargos Especiais, esta última ligada predominantemente aos serviços da Dívida Pública Municipal, e, por fim, pelas demais funções em que são despendidos os recursos financeiros municipais.

A função de Saúde consumiu, sozinha, R\$ 2,169 bilhões e perfaz a marca de 23,8% dos dispêndios totais do Município em 2022. Ela cresceu nominalmente 32,8% desde 2019, incluindo 12,4% sobre 2020, por força das demandas decorrentes do combate à pandemia da Covid-19. A função de Educação consumiu R\$ 1,887 bilhão em 2022, crescendo nominalmente 33% desde 2019. A função Urbanismo também não foi negligenciada: consumiu R\$ 1,871 bi em 2022, subindo 13,6% em 2020 sobre 2019 e 33% em 2022 sobre 2021.

Outros saltos expressivos a registrar são os experimentados pelas despesas com as funções de:

- i. Transporte, que subiram 199% nominais desde 2019, incluindo 36% em 2022 sobre 2021, fruto do desarranjo provocado pela pandemia da Covid-19 no sistema de transporte coletivo de passageiros do município;
- ii. Assistência Social, que cresceram 57,4% desde 2019;
- iii. Esporte e Lazer, Trabalho e Cultura, que cresceram 244%, 158% e 149%, respectivamente, em 2022 sobre 2021; e
- iv. Habitação, que subiu 65% em 2022 sobre 2021 além de 10% em 2021 sobre 2020.

1.2.3 – Poupança Corrente

Focalizando o aspecto comparativo entre as despesas e as receitas, é importante sublinhar o fato de que em nenhum

exercício desde 2013 as despesas superaram as receitas, ou seja, jamais durante todo esse período foi descumprida a regra básica de não se gastar mais do que se arrecada.

Conforme exibido na Tabela 7, a seguir, o resultado líquido do rigoroso controle das despesas foi a sistemática geração de níveis expressivos de Poupança Corrente, que somaram um montante global acumulado de R\$ 5,805 bilhões, em valores nominais, o que equivale a R\$ 7,412 bilhões em valores atualizados pelo IPCA, entre 2013 e 2022. Há que destacar que estes valores representam 9,2% das receitas correntes acumuladas nesse período, restaurando e fortalecendo a autonomia financeira de Salvador e conferindo materialidade à regra de ouro da gestão fiscal municipal de compromisso com o equilíbrio fiscal.

Tabela 7: Poupança Corrente

POUPANÇA CORRENTE											
Exercício	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Receita Corrente ¹	4.369	5.044	5.364	5.733	5.858	6.156	6.596	7.066	7.587	9.192	62.964
Despesa Corrente ^{1,2}	3.682	4.458	4.925	5.274	5.293	5.794	6.168	6.718	6.981	7.863	57.157
Poupança Corrente	687	585	439	459	564	362	428	348	606	1.328	5.807
Poupança Corrente / Receita Corrente	15,73%	11,60%	8,18%	8,01%	9,64%	5,88%	6,49%	4,92%	7,98%	14,45%	9,22%
Despesa Corrente / Receita Corrente	84,27%	88,40%	91,82%	91,99%	90,36%	94,12%	93,51%	95,08%	92,02%	85,55%	90,78%

(1) Inclui intraorçamentária e exclui deduções de receitas. (2) Despesa Empenhada. Valores nominais em R\$ milhão.

No que concerne a 2022, cumpre destacar o elevado valor da poupança corrente realizada, cujo montante foi R\$ 1,326 bilhão, o qual estabeleceu um novo recorde histórico no Município, situado, aliás, 14% acima, em valores reais, do recorde anterior, de 2021; e, também, a significativa fatia da receita corrente que foi poupada pelo Município neste ano, qual seja 14,4%.

1.3 – Resultados Fiscais

1.3.1 – Resultados Primário e Nominal

As metas de Resultado Primário fixadas nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias foram superadas com folga em todos os anos de 2013 a 2022. Como mostra a Tabela 8, nesse último exercício, o Resultado Primário foi de R\$ 84 milhões para uma meta definida na LDO de (-) 590 milhões, o que implica uma margem de superação de R\$ 674 milhões.

Tabela 8: Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO				
Ano	Receita Primária* (a)	Despesa Primária* (b)	Resultado Primário	
			Alcançado (a-b)	Meta LDO
2019	6.266	6.299	-33	-623
2020	6.820	7.155	-335	-461
2021	7.180	6.893	287	-394
2022	8.563	8.477	86	-590

(*) Não inclui Receita ou Despesa Financeira. Valores em R\$ milhão.

O Resultado Nominal também jamais deixou de ter suas metas cumpridas nos últimos dez anos. Como exibido na Tabela 9, o montante apurado em 2022 foi de R\$ 331 milhões para uma meta de (-) R\$ 640 milhões, o que resulta numa margem de superação de R\$ 971 milhões.

Tabela 9: Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL				
Ano	Resultado Primário (a)	Juros Nominais (b)	Resultado Nominal	
			Alcançado (a+b)	Meta (LDO)
2018	62	62	124	-338
2019	-33	87	54	-558
2020	-335	9	-326	-406
2021	287	19	306	-437
2022	86	238	324	-640

O Resultado Nominal é obtido acrescentando-se ao Resultado Primário o valor líquido dos juros nominais (ativos - passivos). Valores em R\$ milhão.

1.3.2 – Resultado Orçamentário

A Tabela 10 mostra a evolução dos resultados orçamentários gerados ao longo dos últimos dez exercícios, evidenciando que o forte controle exercido sobre as despesas permitiu que, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país e da crise sanitária da pandemia da Covid-19, ainda assim, se obtivessem saldos orçamentários positivos em todos os anos.

Tabela 10: Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário										
Detalhamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Total	4.374	5.066	5.435	5.832	5.941	6.448	7.051	7.699	8.023	9.664
Receitas Correntes	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832	6.265	6.711	7.237	8.813
Receitas de Capital	5	23	68	98	83	292	455	633	436	472
Receita Intraorçamentária	194	229	254	283	301	324	330	355	350	379
Despesa Total	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	6.974	7.666	7.662	9.116
Despesas Correntes	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841	6.365	6.634	7.487
Despesas de Capital	386	512	457	407	381	552	802	946	678	1.251
Despesa Intraorçamentária	191	229	261	302	285	324	330	355	350	379
Resultado Orçamentário	307	96	53	151	267	95	77	33	361	547

Despesas empenhadas. Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

Em 2022, confirmando nos números das receitas e das despesas totais o que já se demonstrou acima no plano das receitas e das despesas correntes, apurou-se um resultado orçamentário de R\$ 547 milhões, o maior de todos esses últimos anos em valores atualizados pelo IPCA/IBGE, refletindo, aqui também, o compromisso com a regra básica da gestão fiscal municipal de não se gastar mais do que se arrecada.

1.3.3 – Disponibilidade de Caixa

Na forma evidenciada na Tabela 11, a situação deficitária das Disponibilidades Líquidas de Caixa verificada em 2012 (-R\$ 77 milhões) foi imediatamente revertida em 2013, quando passou para o polo positivo em R\$ 459 milhões, e ampliou-se progressivamente até alcançar as cifras de R\$ 1,853 bilhão em 2019, R\$ 1,650 bi em 2020 e R\$ 2,132 bi em 2021, estas últimas, frise-se, já sob as condições de plena pressão financeira impostas pela pandemia da Covid-19.

Tabela 11: Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa												
Detalhamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	972	1.122	1.303	1.546	1.786	2.242	1.758	2.269	3.147	
Disponibilidades em Recursos Vinculados	194	298	210	280	378	373	549	672	865	1.285	1.528	
Disponibilidades em Recursos Não Vinculados	31	550	762	842	925	1.173	1.237	1.570	893	984	1.619	
(-) Deduções - Obrigações Financeiras	303	389	297	392	326	289	316	389	108	138	399	
Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80	70	57	69	101	201	
Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	160	119	143	219	236	208	246	332	39	36	198	
Disponibilidade de Caixa Líquida	-77	459	675	730	977	1.257	1.471	1.853	1.650	2.132	2.748	
Disponibilidade de Caixa Líquida em Recursos Vinculados	52	28	56	107	288	293	479	615	796	1.184	1.327	
Disponibilidade de Caixa Líquida em Recursos Não Vinculados	-129	431	618	623	689	964	991	1.238	853	948	1.421	

Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

Em 2022, apurou-se o expressivo saldo de disponibilidade líquida de caixa de R\$ 2.748 bilhões, com um destaque especial para o crescimento de 50% das disponibilidades em recursos não vinculados relativamente ao respectivo

montante de 2021. Com isto, estas disponibilidades superaram as disponibilidades de recursos vinculados, retornando à situação pré-pandemia, marcada pelo predomínio das disponibilidades de recursos não vinculados.

1.3.4 – Gastos com Educação e Saúde

As tabelas 12 e 13 mostram os gastos municipais com Educação e com Saúde nos exercícios integrais de 2019 a 2022.

Diferentemente da situação encontrada em 2012, em que o índice legal exigido nos gastos com Educação deixou de ser cumprido, ficando em apenas 22%, quando o mínimo constitucional exigido é de 25% da Receita de Impostos e Transferências, nos últimos dez anos esta exigência foi sempre plenamente atendida. E não só. Ela foi superada em todos esses anos.

Tabela 12: Gastos com Educação

Gastos com Educação								
Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional						Excedente de Aplicação
		Despesa Total Aplicável (A)	Deduções Exigidas (B)	Despesa Líquida Aplicável (C = A - B)	Receitas de Impostos e Transferências (D)	Índice		
						Alcançado (C/D)	Mínimo (C/D)	
2019	1.417	1.280	192	1.088	4.205	25,87%	25,0%	36
2020	1.441	1.288	215	1.073	4.101	26,16%		48
2021	1.525	1.384	153	1.232	4.795	25,69%		33
2022	1.887	1.599	168	1.432	5.582	25,65%		36

Valores Nominais (em milhão) - Fonte: SEFAZ

Em 2022, o Município aplicou R\$ 1,887 bilhão nos Serviços Públicos Municipais de Educação, alcançando um índice de Gastos com Educação de 25,65%, configurando um excedente de aplicação, para mais do que o mínimo exigido, de R\$ 36 milhões.

Também no que concerne à Saúde, as aplicações realizadas superaram o limite legal durante todos os últimos dez anos desde 2013. Em 2021, obviamente por força da enorme demanda por serviços de Saúde provocada pela pandemia da Covid-19, o índice alcançou o recorde histórico do município, chegando a 22,29%, ou seja, 7,29 pontos percentuais acima do limite mínimo constitucional exigido, de 15%, resultando num excedente de aplicação também recorde, de R\$ 343 milhões.

Tabela 13: Gastos em Saúde

Gastos com Saúde								
Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional						Excedente de Aplicação
		Despesa Total Aplicável	Deduções Exigidas (B)	Despesa Líquida Aplicável (C = A - B)	Receitas de Impostos e Transferências	Índice		
						Alcançado (C/D)	Mínimo (C/D)	
2019	1.633	787	0	787	4.137	19,03%	15,0%	167
2020	1.936	896	0	896	4.033	22,21%		291
2021	2.175	1.050	0	1.050	4.712	22,29%		343
2022	2.169	969	0	969	5.473	17,71%		148

Despesas empenhadas. Valores Nominais (em milhão) - Fonte: SEFAZ

Como de praxe, o exercício de 2022 assistiu mais uma vez à superação do limite mínimo constitucional de aplicação de 15% das receitas de impostos e transferências em Saúde. O índice marcou 17,71%, pelo que R\$ 148 milhões a mais do que o mínimo exigido foi aplicado na Saúde do Município em 2022. A queda relativamente ao exercício anterior reflete a menor pressão resultante do avanço obtido no controle da pandemia da Covid-19.

Além de demonstrarem o atendimento aos ditames legais de vinculação orçamentária nessas áreas, estes números evidenciam o compromisso da Administração Municipal com a expansão dos serviços de Saúde e de Educação postos à disposição da população, a exemplo do grande crescimento da cobertura do Programa de Saúde da Família, da implantação de vários Multicentros de Saúde, da intensificação da oferta de Ensino em Tempo Integral, da universalização da educação infantil, bem como do cumprimento do piso nacional para professores e de outras iniciativas empreendidas.

1.3.5 – Gastos com Pessoal

Igualmente, nos Gastos com Pessoal os limites legais vêm sendo rigorosamente observados pela Administração Municipal. Em cada um dos anos de 2013 a 2022, os índices relativos a estes gastos ficaram abaixo do limite de alerta estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 48,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Como mostra a Tabela 14, a despesa bruta do Município com Pessoal em 2022 somou R\$ 3,286 bilhões, crescendo 13,7% sobre o montante correspondente de 2021. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o índice de Gastos com Pessoal apurado no ano foi de 33,28% da RCL.

Tabela 14: Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal							
Exercício	Despesa Bruta com Pessoal (A)	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)					
		Despesa Total com Pessoal (B)	Receita Corrente Líquida (C)	Índice Alcançado (D = B/C)	Limite de Alerta (D = B/C)	Limite Prudencial (D = B/C)	Limite Máximo (D = B/C)
2019	2.808	2.304	6.098	37,79%			
2020	2.890	2.397	6.491	36,93%			
2021	2.890	2.420	6.979	34,68%	48,6%	51,3%	54%
2022	3.207	2.735	8.458	32,33%			

Valores nominais (em R\$ milhão) - Fonte: Sistema SIGEF/SEFAZ

1.3.6 – Gastos com Investimento

Como demonstra a Tabela 15 abaixo, os gastos com investimentos em 2022 somaram R\$ 1,076 bilhão, valor este que estabelece um novo pico histórico de investimentos em Salvador, situado 46% nominais, ou 23% em termos reais, acima do pico anterior, alcançado em 2020, e representa um crescimento de 115% nominal, ou 99% reais, sobre o montante investido em 2021. Isto significa que 11,1% de toda a receita do município foram aplicados em obras e ativos permanentes na capital baiana em 2022.

Tabela 15: Gastos com Investimento

Ano	Investimento Anual (IA)	Receita Total (RT)	IA/RT (%)	Receita de Capital (RC)				Recursos Próprios*	Recursos Próprios (%)
				Operações de Crédito	Alienação de Bens	Transferências de Capital	Total		
2013	203	4.374	4,6%	0	0,6	5	5	198	98%
2014	413	5.066	8,2%	0	6,7	16	23	398	96%
2015	334	5.435	6,2%	6	45,0	18	69	310	93%
2016	299	5.832	5,1%	15	18,0	65	98	218	73%
2017	245	5.943	4,1%	9	8,1	66	83	170	69%
2018	437	6.448	6,8%	162	78,6	52	292	223	51%
2019	659	7.051	9,3%	345	53,5	57	455	257	39%
2020	736	7.699	9,6%	475	6,0	53	534	208	28%
2021	501	8.023	6,2%	399	2,0	13	414	88	18%
2022	1.076	9.661	11,1%	357	6,3	49	412	671	62%
2013 a 2017	299	5.330	5,6%	6	16	34	56	259	86%
2018 a 2022	682	7.776	8,8%	347	29	45	421	290	42%

(*) Não incluem operações de crédito e transferências de capital. Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Os investimentos em Salvador exibiram dois cenários distintos nos últimos dez anos. No primeiro, de 2013 até 2017, os recursos próprios do município, definidos como aqueles que não incluem recursos de operações de crédito e de transferências de capital, beiraram a totalidade dos investimentos nos 3 primeiros anos e marcaram uma participação média anual de 86% no período completo. A expressiva quantia de R\$ 1,5 bilhão, em valores da época, aplicada em investimentos nesse período foi financiada, portanto, quase que exclusivamente com recursos próprios do Município e não à toa, durante esse período, Salvador ocupou a destacada posição de capital brasileira que mais investiu com recursos próprios.

A partir de 2018 as operações de crédito passaram a assumir posição de maior destaque na composição dos recursos aplicados em investimentos, o que, há que salientar, resultou do rigor e do sucesso da política de equilíbrio fiscal implementada desde 2013, que conferiu ao Município a capacidade de tomar importantes empréstimos de entidades nacionais e multilaterais, a fim de executar projetos urbanísticos e sociais que, de outra forma, dificilmente poderiam vir a ser concretizados.

O resultado desses esforços em ambos os cenários considerados foi a restauração da funcionalidade da infraestrutura urbana, mediante relevantes requalificações e ampliações, e a realização de um combate frontal e persistente às importantes demandas sociais, com foco nas populações mais pobres de todas as regiões do Município, resgatando de forma rápida e mantendo de forma plena o orgulho dos soteropolitanos com sua cidade.

1.3.7 – Dívida Pública do Município

Esta é uma área da gestão fiscal em que Salvador executou um trabalho dos mais destacados a partir de 2013, tanto por reabilitar o município para retomar a realização de operações de crédito que permitem a antecipação de investimentos urbanos e sociais de grande importância para a Cidade e para sua população, quanto pela administração altamente exitosa da dívida pública, na forma exposta a seguir.

Como mostra a Tabela 16, a Dívida Consolidada Bruta Municipal somou um montante total de R\$ 3,009 bilhões em 2022.

Tabela 16 – Perfil da Dívida Consolidada

PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA												
Componentes da Dívida Consolidada	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ (2022-2021) (%)
Dívida Contratual	1.673	1.638	1.593	1.631	901	505	590	863	1.383	1.757	1.977	13%
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	409	440	395	382	343	380	498	516	310	420	514	23%
Outras Dívidas	23	208	208	119	98	128	126	137	231	454	518	14%
Total	2.105	2.286	2.196	2.132	1.342	1.012	1.215	1.515	1.925	2.631	3.009	14%

Valores Nominais em R\$ milhão. FONTE: (RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")).

Este valor é composto por um componente de Dívida Contratual, que inclui as operações de crédito internas e externas e amonta a R\$ 1,977 bi, constituindo 66% do total da dívida; um componente de precatórios, que chegou a R\$ 514 milhões em 2022, formando 17% do total da dívida; e um componente de outras dívidas, que inclui indenizações por desapropriações anteriores a 2013 e utilização constitucional de depósitos judiciais, e constitui os outros 17% da dívida total.

Na forma mostrada na Tabela 17, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de Salvador, qual seja, o valor da Dívida Consolidada Bruta menos o montante das disponibilidades financeiras líquidas do Município, caiu do patamar de R\$ 1,83 bilhões em 2012, que correspondia a 52,1% da Receita Corrente Líquida apurada naquele ano, para R\$ 459 milhões, ou seja, 5,43% da RCL, em 2022, depois, inclusive, de ter estado negativa por três exercícios consecutivos entre 2017 e 2019.

Tabela 17: Índice de Endividamento

Ano	Dívida Consolidada Bruta	Disponibilidade de Caixa e Outros Haveres Financeiros	Dívida Consolidada Líquida (A)	Receita Corrente Líquida - RCL (B)	Índice de Endividamento (% RCL)	
					Alcançado (A/B)	Limite(*)
2012	2.105	275	1.829	3.513	52,08%	120%
2013	2.287	596	1.691	4.060	41,66%	
2014	2.196	773	1.424	4.684	30,39%	
2015	2.133	815	1.318	4.966	26,55%	
2016	1.342	1.044	298	5.292	5,63%	
2017	1.012	1.380	-368	5.403	-6,81%	
2018	1.215	1.635	-419	5.672	-7,39%	
2019	1.515	1.947	-432	6.098	-7,09%	
2020	1.925	1.604	320	6.502	4,93%	
2021	2.631	2.048	583	6.980	8,36%	
2022	3.009	2.550	459	8.458	5,43%	

(*) Portaria nº 40/2001 do Senado Federal.

Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

O grande avanço neste indicador se deveu à disciplina do Município no pagamento do principal e dos encargos da dívida no período, bem como à quitação, em 2016, da dívida contratada com a União e à renegociação de débitos previdenciários em 2017, com base na MP nº 778/2017.

O confronto do valor da DCL apurado em 2022 com o limite legal de endividamento de +120% da RCL, estabelecido na Portaria nº 40/2001 do Senado Federal, revela que a folga na capacidade de endividamento de Salvador hoje é de R\$ 9,690 bi, correspondente a 114,57% da Receita Corrente Líquida do exercício.

No que tange ao índice dos desembolsos com amortização, juros e encargos da dívida pública municipal frente à Receita Corrente Líquida, a Tabela 18 mostra que este índice caiu de 5,9% da RCL em 2012 para 1,9% em 2022, apesar da realização de novas operações de crédito externas e internas nesse período, num montante superior a R\$ 3 bilhões.

Tabela 18: Amortização, Juros e Encargos da Dívida

Ano	Desembolsos com a Dívida			Receita Corrente Líquida (D)	Índice de Desembolso (% RCL)	
	Juros e Encargos (A)	Amortização (B)	Total (C = A + B)		Alcançado (C/D)	Limite(*)
2012	69	138	207	3.513	5,9%	11,5%
2013	70	178	248	4.060	6,1%	
2014	68	98	166	4.684	3,6%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	133	5.672	2,3%	
2019	32	143	176	6.097	2,9%	
2020	25	154	179	6.502	2,8%	
2021	54	118	172	6.980	2,5%	
2022	88	69	157	8.458	1,9%	

(*) Portaria nº 43/2001 do Senado Federal. Valores em R\$ milhão. Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

Dado que o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o Município encontra-se capacitado a comprometer com o pagamento de novas dívidas (amortização do principal mais juros e encargos) até 9,6% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 816 milhões a mais do que os R\$ 157 milhões despendidos para estes fins em 2022.

Estes são fatos muito positivos para Salvador, à medida que, lastreado na sólida base de responsabilidade que tem aplicado a sua gestão fiscal, o Município demonstra encontrar-se plenamente capacitado a contar com importantes fontes nacionais e internacionais de captação de recursos de longo prazo, para a viabilização dos investimentos em infraestrutura urbana e nas áreas sociais demandados pela cidade e por sua população.

A propósito, como fruto desta situação, Salvador já logrou contratar, entre 2015 e 2022, treze operações de crédito internas e externas, incluindo os recursos para as obras do BRT e do Hospital Municipal de Salvador, com a Caixa Econômica Federal; o PRODETUR, com o BID; duas partes do Programa Salvador Social, com o Banco Mundial; o Projeto de Infraestrutura Básica, Saneamento e Urbanização da Bacia do Mané Dendê, com o BID; o PROQUALI, de Requalificação Urbanística, com a Corporação Andina de Fomento (CAF); o PNAFM III, de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do Município, com a Caixa Econômica Federal; o FINISA II e III, de financiamento à Infraestrutura e

Saneamento, também com a Caixa Econômica Federal, e duas etapas do PMAT com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Tabela 19, a seguir, exibe os dados dessas operações de crédito, incluindo os valores contratados e os liberados até dezembro de 2022.

Tabela 19: Operações de Crédito

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	OBJETO	VALOR	DESEMBOLSO* Até DEZ/2022 (R\$)	Data da Assinatura
Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social - BNDES PMAT	Modernização da Gestão Tributária Municipal	R\$ 50.880.499,20	48.308.324,69	04/05/2015
Caixa Econômica Federal BRT	Sistema de Transporte Rápido por Ônibus (BRT)	R\$ 300.000.000,00	240.511.727,67	26/08/2016
Caixa Econômica Federal CPAC	Corredores de Transporte Coletivo Integrado de Salvador	R\$ 108.000.000,00	92.232.663,35	15/09/2016
Caixa Econômica Federal FINISA 1**	Hospital Municipal de Salvador e Centro Histórico	R\$ 75.000.000,00	72.271.561,51	12/01/2018
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID PRODETUR	Desenvolvimento do Turismo de Salvador, com foco no emprego formal	US\$ 52.512.340,00	194.777.783,27	06/06/2017
Banco Mundial - BIRD SALVADOR SOCIAL 1	Ampliação do acesso à Saúde, Educação e Assistência Social	US\$ 125.000.000,00	521.846.725,32	11/07/2018
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID MANÉ DENDÊ	Infraestrutura básica, saneamento e urbanização da Bacia do Mané Dendê	US\$ 67.500.000,00	107.760.030,00	26/06/2018
Corporação Andina de Fomento - CAF PROQUALI	Programa de Requalificação Urbanística de Salvador	US\$ 60.700.000,00	176.359.443,50	18/12/2018
Caixa Econômica Federal PNAFM 3	Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do Município	R\$ 35.000.000,00	16.020.143,00	02/05/2019
Caixa Econômica Federal FINISA 2	Infraestrutura e Saneamento	R\$ 104.100.000,00	102.018.000,00	17/12/2019
Banco Mundial - BIRD SALVADOR SOCIAL 2	Ampliação do acesso à Saúde, Educação e Assistência Social	US\$ 125.000.000,00	142.042.607,48	04/10/2021
Caixa Econômica Federal FINISA 3	Infraestrutura e Saneamento	R\$ 100.000.000,00	10.000.000,00	31/05/2022
Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social - BNDES PMAT 2	Modernização da Gestão Tributária Municipal	R\$ 54.199.000,00	-	27/12/2022
TOTAL (em Reais)***		R\$ 3.074.427.275,62	R\$ 1.724.149.009,80	

(*) Cotação do US\$ na data da liberação. (**) Devolução de R\$ 2.728.438,49 à CEF. (***) PTAX (31/12/2022) = 5,2177. FONTE: CDH/DTM/SEFAZ

1.3.8 – Capacidade de Pagamento (CAPAG)

A CAPAG, indicador criado em 2017 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para medir a capacidade dos estados e municípios de honrarem suas dívidas e compromissos financeiros, virou uma referência de boa gestão fiscal. A aprovação na CAPAG constitui, a um só tempo, requisito de habilitação para receber a garantia da União em operações de crédito internas e externas e atestação da boa gestão das contas públicas.

As regras da CAPAG tratam conjuntamente as situações relativas ao endividamento, à poupança corrente e à liquidez do ente federado, aplicando-se, no caso do endividamento e da liquidez, os resultados obtidos em um exercício-base como referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios. Segundo o regramento definido pela Portaria ME nº 5.623/2022, do Ministério da Economia, o indicador do Endividamento (DC) é definido pela razão entre a Dívida Consolidada Bruta e a Receita Corrente Líquida; a Liquidez (IL), pela relação entre as Obrigações Financeiras e a Disponibilidade de Caixa Bruta; e a Poupança Corrente (PC), pela razão entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada (inclui a receita Intraorçamentária e exclui as deduções de receita). No caso da Poupança Corrente, a regra da ponderação atribui 50% do peso ao exercício-base, 30% ao exercício imediatamente anterior e 20% ao exercício antecedente a este último.

A pontuação desses indicadores é efetuada por meio da utilização de conceitos que variam de A a D, sendo A e B conceitos de aprovação e C e D, de reprovação. De acordo com os dispositivos da citada Portaria, a atribuição desses conceitos obedecerá aos seguintes critérios:

Indicador	Faixas de Valor	Classificação Parcial
Endividamento (DC)	DC < 60%	A
	60% ≤ DC < 100%	B
	DC ≥ 100%	C
Poupança Corrente PC)	PC < 85%	A
	85% ≥ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C
Liquidez (IL)	IL < 1	A
	IL ≥ 1	C

FONTE: Portaria ME nº 5.623/2022

A classificação final da CAPAG resulta das combinações constantes do quadro a seguir:

CAPACIDADE DE PAGAMENTO - CAPAG			
CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPAG
ENDIVIDAMENTO (DC)	POUPANÇA CORRENTE (PC)	LIQUIDEZ (IL)	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	B
A	B	A	B
B	B	A	B
C	B	A	B
C	C	C	D
Demais combinações			C

FONTE: Portaria ME nº 5.623/2022

A aplicação dessas regras às finanças de Salvador revela que o Município obteve notas de aprovação em sua Capacidade de Pagamento (CAPAG) em todos os anos desde a criação deste indicador.

Quanto à CAPAG apurada em 31 de dezembro de 2022, Salvador obteve Aprovação com Conceito Final B, a partir da obtenção de Conceitos Parciais A nos indicadores de Endividamento (35,19%) e Liquidez (12,24%) e Conceito Parcial B no indicador de Poupança Corrente (89,40%).

Com isto, resta assegurada a Salvador a habilitação para continuar recebendo a garantia da União em quaisquer eventuais operações de crédito que venha firmar.

CAPAG DE SALVADOR - 31-DEZ-2022	
 Nota CAPAG * 	 Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador I - Endividamento A (35,19%)
	 Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador II - Poupança Corrente B (89,40%)
	 Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Indicador III - Liquidez A (12,24%)

FONTE: STN

1.3.9 – Avaliação Externa da Gestão Fiscal

A par das várias demonstrações do bom nível de desempenho da gestão fiscal de Salvador expostas nos itens precedentes, resultantes de avaliações técnicas internas e, também, de confirmações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresenta-se neste item o resultado de uma avaliação externa, de elevada credibilidade.

Trata-se da avaliação efetuada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, que mede e classifica a performance fiscal anual de todos os municípios brasileiros desde 2006, na forma do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que se baseia em indicadores de: (i) autonomia financeira, medido pela relação entre as receitas

oriundas da atividade econômica do município e os custos para manter a máquina pública municipal; (ii) rigidez orçamentária, expressa nos gastos com pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida; (iii) saldo das disponibilidades líquidas de caixa frente aos restos a pagar inscritos no ano anterior; e (iv) capacidade de investimentos do Município, medida pelo percentual de sua receita total gasto em investimentos.

As notas para cada indicador variam de zero a 1 e cada um deles tem peso de 25% para se chegar ao valor do IFGF. Com base nos resultados obtidos, os municípios são classificados por terem uma Gestão Fiscal de Excelência (IFGF superior a 0,8), uma Boa Gestão Fiscal (IFGF maior que 0,6 e menor que 0,8), uma Gestão Fiscal em Dificuldade (IFGF entre 0,4 e 0,6) e Gestão Fiscal Crítica (IFGF menor que 0,4).

A Tabela a seguir mostra os resultados obtidos pelas capitais brasileiras na Edição 2021 – Ano-base de 2020 – do IFGF, que abrangeu 5.239 dos 5.570 municípios brasileiros. Os resultados da avaliação relativa ao ano-base de 2021 ainda não foram publicados pela FIRJAN.

Tabela 20: Índice Firjan de Gestão Fiscal – Ranking das Capitais

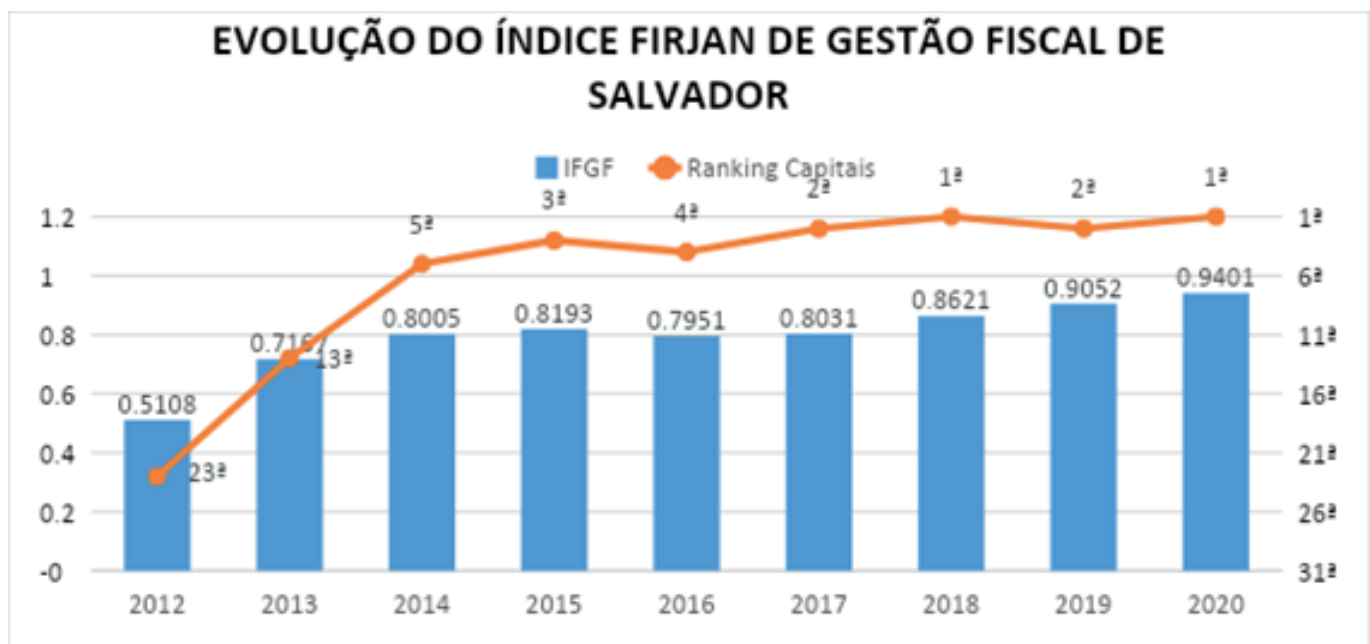
IFGF 2021 Ano-base 2020 Ranking das Capitais						
Ranking	Capital	IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
1°	Salvador	0,9401	1,0000	1,0000	1,0000	0,7605
2°	Manaus	0,9140	1,0000	1,0000	0,6561	1,0000
3°	Vitória	0,8827	1,0000	0,8375	0,9356	0,7577
4°	Boa Vista	0,8650	0,5671	1,0000	1,0000	0,8930
5°	Rio Branco	0,8336	0,7929	1,0000	1,0000	0,5417
6°	Goiânia	0,8293	1,0000	0,9489	0,8295	0,5386
7°	São Paulo	0,8206	1,0000	1,0000	0,9034	0,3790
8°	Curitiba	0,8176	1,0000	1,0000	1,0000	0,2702
9°	Fortaleza	0,8109	1,0000	0,8053	0,5575	0,8808
10°	São Luís	0,7933	1,0000	0,7018	0,6292	0,8423
11°	Aracaju	0,7919	1,0000	0,7643	0,7757	0,6276
12°	Belo Horizonte	0,7563	1,0000	1,0000	0,5999	0,4253
13°	João Pessoa	0,7499	1,0000	0,6730	1,0000	0,3266
14°	Porto Alegre	0,7382	1,0000	1,0000	0,6399	0,3129
15°	Palmas	0,7362	0,9623	0,4708	0,8241	0,6878
16°	Florianópolis	0,7261	1,0000	0,6042	0,6566	0,6435
17°	Recife	0,7228	1,0000	0,6903	0,5356	0,6654
18°	Maceió	0,6520	0,6762	0,9261	0,7456	0,2600
19°	Teresina	0,6313	0,8385	0,7174	0,4456	0,5237
20°	Campo Grande	0,5843	1,0000	0,5381	0,5223	0,2768
21°	Porto Velho	0,5378	0,4957	0,4734	0,8721	31%
22°	Natal	0,5338	1,0000	0,4485	0,5540	0,1325
23°	Cuiabá	0,5208	0,8523	0,8272	0,0000	0,4038
24°	Macapá	0,3935	0,0000	0,5741	0,0000	1,0000
25°	Rio de Janeiro	0,3043	1,0000	0,0575	0,0000	0,1596

FONTE: FIRJAN - IFGF 2021

Como se vê, Salvador ocupou nessa edição relativa a 2020 o posto de primeira capital do país em desempenho fiscal, com um IFGF de 0,9401, tendo obtido nota máxima de 1,0000 em três dos quatro indicadores componentes do IFGF e 0,7605 no indicador de Investimentos, integrando, com isto, o seletor grupo de apenas 11,7% dos municípios brasileiros com Gestão Fiscal de Excelência.

Aliás, cumpre ressaltar que esta não é propriamente uma novidade. Afinal, segundo mostra o quadro evolutivo abaixo, Salvador foi a capital campeã da gestão fiscal do país também em 2018 e ocupou a 2ª posição deste ranking em 2019 e 2017, além de estar entre as cinco melhores capitais desde 2014, depois de, diga-se, ter ocupado a 23ª colocação em 2012.

Tabela 21



Fonte: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL – IFGF

Evidentemente isto não ocorreu por acaso. Estes resultados jamais teriam sido alcançados não fora o absoluto compromisso assumido pela Administração Municipal com o equilíbrio das contas públicas a partir de 2013, pelo que, e a despeito dos impactos na economia municipal da crise econômica instalada em 2014, agravada pela pandemia da Covid-19, a gestão fiscal do Município do Salvador assumiu e continua mantendo uma posição de indiscutível destaque no cenário da gestão pública municipal do país desde então.

PROJEÇÕES DO IFGF DE SALVADOR PARA 2021 E 2022

Até o momento do encerramento deste relatório, ao final do mês de julho de 2023, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN ainda não divulgou os estudos do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) relativos aos exercícios de 2021 e 2022.

No que diz respeito a 2021, o desempenho fiscal alcançado por Salvador assegura, mais uma vez, a obtenção da nota máxima de 1,0000 nos indicadores de Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez e um índice próximo a 0,4958 no indicador de investimentos. Com isto, a expectativa é que Salvador tenha obtido um IFGF Geral na casa de 0,87 naquele exercício.

No caso de 2022, a estimativa aponta que, de novo, Salvador obteve a nota máxima de 1,000 nos indicadores Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez, além de ter aumentado de forma expressiva seu Indicador de Investimentos para 0,9296, sinalizando para o alcance de um IFGF Geral de 0,9824 neste exercício. Com isto, resta garantida a presença de Salvador, por mais dois anos, no seletor grupo dos municípios brasileiros de Gestão Fiscal de Excelência nos padrões do Índice Firjan de Gestão Fiscal.

Secretaria da Fazenda



SALVADOR
PREFEITURA



/sefazsalvador



/salvadoresfaz



/sefazsalvadoroficial